

**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

Maj Inf BRUNO RODRIGO DE **SOUZA ROSA**

**Os reflexos da atual situação Venezuelana para os
Estados de Roraima e Amazonas, nas expressões
econômica e psicossocial**



Rio de Janeiro

2018

Maj Inf BRUNO RODRIGO DE **SOUZA ROSA**

Os reflexos da atual situação Venezuelana para os Estados de Roraima e Amazonas, nas expressões econômica e psicossocial

Projeto de Pesquisa apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como pré-requisito para matrícula no Programa de Pós-graduação *lato sensu* em Ciências Militares.

Orientador: Ten Cel Inf Guilherme **Naves** Pinheiro

Rio de Janeiro
2018

FICHA CATALOGRÁFICA

R788r Rosa, Bruno Rodrigo de Souza

Os reflexos da atual situação venezuelana para os Estados de Roraima e Amazonas, nas expressões econômica e psicossocial / Bruno Rodrigo de Souza Rosa. —2018.

79 f. : il. ; 30 cm.

Orientação: Guilherme Naves Pinheiro

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) — Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2018.

Bibliografia: f. 70-79.

1. VENEZUELA. 2. CRISE. 3. FALÊNCIA ESTATAL. 4. RORAIMA.
5. AMAZONAS. I. Título.

CDD 355

Maj Inf BRUNO RODRIGO DE **SOUZA ROSA**

Os reflexos da atual situação venezuelana para os Estados de Roraima e Amazonas, nas expressões econômicas e psicossociais

Projeto de Pesquisa apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como pré-requisito para matrícula no Programa de Pós-graduação *lato sensu* em Ciências Militares.

Aprovado em _____, de _____ de _____

COMISSÃO AVALIADORA

GUILHERME NAVES PINHEIRO – Ten Cel Inf - Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

GLAUBER NETIS TELES – Ten Cel Inf - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

PAULO RICARDO BORGES DE AGUIAR– Ten Cel Inf - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

AGRADECIMENTOS

A Deus, nosso Senhor, que sempre me abençoou e me conduziu por todos os caminhos da minha vida.

Aos meus pais Benedito e Clair, pelo amor, exemplo, dedicação e fortaleza que sempre representaram no seio de nossa família.

À minha amada esposa Pamela, pelo carinho, admiração e paciência durante os meus momentos de ausência.

À minha irmã Tatiana, elo partícipe e resiliente da complexa instituição familiar.

Ao meu orientador, Ten Cel Naves, pelas observações pertinentes e seguras, meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

A República Bolivariana da Venezuela passa por uma grave crise política, econômica e social, que vem afetando parcela considerável de sua população e parte de dos países vizinhos. Após a ascensão do Presidente Nicolás Maduro, com a morte de Hugo Chávez, a Venezuela entrou em uma espiral descendente em seu desenvolvimento econômico, resultando em uma grave crise política e econômica, que se agrava a cada dia. Tal agravamento se dá pela queda do preço do barril de petróleo, a maior riqueza venezuelana, no qual a sua economia é dependente. A crise venezuelana tem produzido grande êxodo de venezuelanos para os países vizinhos, como Colômbia e Brasil, refletindo diretamente nas expressões econômica e social dessas regiões. Por meio do levantamento das características de um Estado Falido, verifica-se o quanto a Venezuela se aproxima dessa situação, ocasionada pelo agravamento de sua crise e pela conjuntura mundial. Brasil e Venezuela possuem uma relação bilateral antiga, porém restrita à região fronteira e a períodos de governo ideologicamente próximos. A atual situação da Venezuela nas expressões econômica, política e psicossocial revela uma grande dificuldade em superar os óbices ao crescimento e progresso, transbordando sua crise para os estados adjacentes às suas fronteiras. Deste modo, como análise final, buscou-se verificar os reflexos advindos da crise venezuelana para o Estado Brasileiro, em particular para os Estados de Roraima e Amazonas, unidades da Federação Brasileira mais próximas à Venezuela, e que por consequência têm sofrido com os reflexos da crise venezuelana, nas expressões econômica e psicossocial.

Palavras-chave: Venezuela. Crise. Falência Estatal. Roraima. Amazonas.

RESUMEN

La República Bolivariana de Venezuela está pasando por una grave crisis política, económica y social, que ha estado afectando a una parte considerable de su población y a parte de los países vecinos. Tras el ascenso del Presidente Nicolás Maduro, con la muerte de Hugo Chávez, Venezuela entró en una espiral descendente en su desarrollo económico, resultando en una grave crisis política y económica, que empeora cada día. Tal agravación se da por la caída del precio del barril de petróleo, la mayor riqueza venezolana, la que su economía es dependiente. La crisis venezolana ha producido un gran éxodo de venezolanos a países vecinos, como Colombia y Brasil, reflexionando directamente sobre las expresiones económicas y sociales de estas regiones. A través del levantamiento de las características de un estado en quiebra, se observa lo mucho que Venezuela se está acercando a esta situación, causada por el empeoramiento de su crisis y el clima global. Brasil y Venezuela tienen una vieja relación bilateral, pero restringida a la región fronteriza y a períodos de gobierno ideológicamente cercanos. La situación actual de Venezuela en las expresiones económicas, políticas y psicosociales revela una gran dificultad para superar los obstáculos al crecimiento y al progreso, desbordando su crisis a los Estados adyacentes a sus fronteras. Así, como análisis final, se buscó verificar las reflexiones de la crisis venezolana para el estado brasileño, en particular para los Estados de Roraima y Amazonas, unidades de la Federación brasileña más cercanas a Venezuela, y que consecuentemente han sufrido las reflexiones de la crisis venezolana, en las expresiones económicas y psicosociales.

Palabras clave: Venezuela. Crisis. Quiebra Estatal. Roraima. Amazonas.

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Tabela 1 - Definição conceitual da hipótese e das variáveis.....	12
Figura 1 - Trajetória de produção da PDVSA.....	49
Tabela 2 - Número de atendimentos a venezuelanos no sistema de saúde de Roraima.....	58
Tabela 3 - Enquadramento profissional dos imigrantes venezuelanos.....	63

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACNUR	- Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
AEGP	- Organização das Nações Unidas
ALALC	- Associação Latina Americana de Livre Comércio
AM	- Amazonas
ANC	- Assembleia Nacional Constituinte
BR	- Brasil
CARICOM	- Associação dos Estados Caribenhos
CDS	- Conselho de Defesa Sul-americano
CNE	- Conselho Nacional Constituinte
COBAN	- Comissão Binacional de Alto Nível
CVG	- <i>Corporación Venezolana de Guayana</i>
EB	- Exército Brasileiro
Eletronorte	- Centrais Elétricas do Brasil S.A.
Eletronorte	- Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.
EME	- Estado-Maior do Exército
Encovi	- <i>Encuesta sobre Condiciones Vida Venezuela</i>
EUA	- Estados Unidos da América
FHC	- Fernando Henrique Cardoso
Fiocruz	- Fundação Oswaldo Cruz
GATT	Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
HIV	- Síndrome da Imunodeficiência Humana
HGR	- Hospital Geral de Roraima
HMI	- Hospital Maternidade Infantil
MERCOSUL	- Mercado Comum do Sul
MPC	- Mecanismo Político de Consulta
MRE	- Ministério das Relações Exteriores
OEA	- Organização dos Estados Americanos
OIT	- Organização Internacional do Trabalho
OPEP	- Organização dos Países Exportadores de Petróleo

OVV	- Observatório Venezuelano da Violência
PDVSA	- Petróleo Venezuela S.A.
PEB	- Política Externa Brasileira
PF	- Polícia Federal
PIB	- Produto Interno Bruto
PRODESSUR	- Programa de Desenvolvimento do Sul
PSUV	- Partido Socialista Unido da Venezuela
RR	- Roraima
SEPLAN	- Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento
SESP	- Secretaria Estadual de Segurança
SIPAM	- Sistema de Proteção da Amazônia
SIVAM	- Sistema de Vigilância da Amazônia
SUS	- Sistema Único de Saúde
TCA	- Tratado de Cooperação Amazônica
TSJ	- Tribunal Supremo de Justiça
UNASUL	- União de Nações Sul-Americanas
VE	- Venezuela

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
1.1 PROBLEMA	10
1.2 OBJETIVOS	11
1.2.1 Objetivo Geral	11
1.2.2 Objetivos Específicos	11
1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	12
1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO	13
2. REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO	14
2.1 REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1.1 A Falência Estatal	15
2.1.2 A migração como efeito do transbordamento de crises	21
2.2 REFERENCIAL METODOLÓGICO	25
2.2.1 Tipo de Pesquisa	26
2.2.2 Universo e Amostra	26
2.2.3 Coleta de Dados	27
2.2.4 Tratamento dos Dados	27
2.2.5 Limitações do Método	28
3. AS RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE BRASIL E VENEZUELA	28
3.1 O HISTÓRICO DA RELAÇÕES ENTRE BRASIL-VENEZUELA	28
3.2 A INTEGRAÇÃO ENTRE BRASIL E VENEZUELA NA REGIÃO DE FRONTEIRA	37
4. A ATUAL CRISE DO ESTADO VENEZUELANO (2013-2018)	41
4.1 PANORAMA POLÍTICO	43
4.2 EXPRESSÃO ECONÔMICA	48
4.3 EXPRESSÃO SOCIAL	52
5. OS REFLEXOS DA CRISE VENEZUELANA PARA OS ESTADOS DE RORAIMA E AMAZONAS	56
5.1 NA EXPRESSÃO PSICOSSOCIAL	56
5.2 NA EXPRESSÃO ECONÔMICA	61
6. CONCLUSÃO	65
REFERÊNCIAS	70

1. INTRODUÇÃO

A crise política e social na Venezuela e suas sequelas refletem as grandes dificuldades enfrentadas pelos heterogêneos regimes que estão na moda ou estiveram há uma década atrás, conhecidos, acertadamente ou não, como “socialismo do século XXI”. Tanto os Governos que mais claramente se encaixam nessa definição como seus aliados, o “kirchnerismo” argentino, e os situados na esquerda moderada, o Partido dos Trabalhadores de Lula, por exemplo, entraram em uma fase de declínio. (CASTELLANO, 2017).

Desde abril de 2013, a Venezuela enfrenta uma grave crise que envolve, entre outros fatores, inflação alta, desabastecimento e total insatisfação de grande parte da população contra o governo de Nicolás Maduro, no poder. O país passou a ser palco de confrontos violentos entre forças do governo e manifestantes, o que provocou grande instabilidade regional. (TERRA, 2017).

O colapso da Venezuela já faz algum tempo que deixou de ser um problema apenas do próprio país para afetar toda a vizinhança imediata, Brasil inclusive, principalmente as Unidades da Federação brasileiras limítrofes a esse País. (ROSSI, 2017).

Localizada no norte da América do Sul, a Venezuela é conhecida por sua indústria de petróleo, além da biodiversidade e recursos naturais abundantes. Antiga colônia espanhola, o país tornou-se independente em 1813. Atualmente, está entre as nações mais urbanizadas da América Latina. Possui uma população de cerca de 30 milhões de pessoas e o PIB (produto interno bruto) em 2013 chegou a US\$ 408,8 bilhões. A maioria dos cidadãos vive nas cidades ao norte, especialmente na capital Caracas, maior município venezuelano, (TERRA, 2017). Sendo o Estado de Bolívar o estado fronteiro com o Brasil.

Já do lado brasileiro, os Estados de Roraima e Amazonas são as Unidades da Federação que fazem fronteira com o território venezuelano. Roraima localiza-se na região Norte do Brasil e é o estado mais setentrional do país, cuja capital, Boa Vista, localiza-se no Hemisfério Norte. O Estado compartilha uma fronteira de 948 quilômetros com a Venezuela. (IBGE, 2015). É considerado “um lugar em construção entre a região Amazônica e o Caribe Venezuelano e as Guianas, um corredor entre

dois mundos” (LIMA, 2012), cujo acesso foi facilitado com a abertura da BR-174, nos anos 70, e da BR-401. Rodovias essas que permitem a ligação com o Estado do Amazonas, juntamente com a hidrovia Rio Branco - Rio Negro. O Estado amazonense, também, localiza-se na região Norte do Brasil, sendo o maior Estado do País, ocupando mais de 18% da superfície brasileira e possuindo 538 Km de fronteira com a Venezuela. (BRASIL, 2017).

A crise venezuelana possui vertentes política, econômica e social, o que promove possíveis desdobramentos no plano regional, em face de um eventual transbordamento que venha a ser ditado pela perda de condição de governabilidade, acompanhada de escalada de violência política interna. Argumenta-se que a conjunção de uma eventual deterioração do quadro político com a já aguda crise econômica e social, resultaria em pressões sobre os espaços fronteiriços sob a forma de demandas econômicas e sociais, estas, por sua vez, robustecidas pela movimentação de pessoas em direção às fronteiras em busca do atendimento de necessidades imediatas ou interessadas em fugir da crise, afetando a estabilidade nesses espaços e, por extensão, nos planos bilateral e regional. (VAZ, 2016).

Nos últimos dois anos, o noticiário nacional e regional é dominado pela mesma pauta, o aumento no número de migrantes venezuelanos que atravessam a fronteira e chegam ao Brasil. Em sua maioria esses meios de comunicações, de todo o mundo, registram os fatos e procuram apontar algumas explicações sobre o fenômeno, dada a relevância da situação para essa região. (SILVA, 2017).

1.1 PROBLEMA

Diante desse cenário sensível, constata-se que a atual crise venezuelana não está próxima de um desfecho, o que aumenta a possibilidade de instabilidade na região fronteira entre Brasil e Venezuela. Diante do cenário anteriormente relatado, esta pesquisa se depara com o seguinte problema:

Quais são os reflexos para o Brasil, em especial para os Estados de Roraima e Amazonas, da atual crise Venezuelana?

1.2 OBJETIVOS

Creswell (2007) afirma que a declaração do objetivo é a parte mais relevante em um estudo de pesquisa, pois ela orienta o leitor para o propósito central do estudo, o qual baseia-se na necessidade (o problema) e é refinada pelas questões específicas (questões de pesquisa). Dessa feita, esta pesquisa apresentará o objetivo geral e seus três objetivos específicos:

1.2.1 Objetivo Geral

A atual crise venezuelana tem gerado reflexos para o Brasil? Ao responder esse questionamento este trabalho encontra o seguinte objetivo geral:

Verificar os reflexos advindos da atual crise vivenciada pela República Bolivariana da Venezuela para o Estado Brasileiro, particularmente os Estados de Roraima e Amazonas, unidades da Federação Brasileira mais próximas à Venezuela e que por consequência têm sofrido com os reflexos da crise venezuelana.

1.2.2 Objetivos Específicos

A fim de viabilizar a consecução do objetivo geral deste trabalho foram formulados alguns objetivos específicos a serem atingidos, que permitirão o encadeamento lógico do raciocínio descritivo apresentado neste estudo, os quais são elencados em seguida:

- a. Apresentar o histórico das relações bilaterais entre Brasil e Venezuela, em particular o Norte do Brasil.
- b. Apresentar a atual crise da Venezuela.
- c. Apresentar os reflexos econômicos e psicossociais para os Estados de Roraima e Amazonas devido à crise venezuelana.

1.3 HIPÓTESE E VARIÁVEIS

No que concerne ao tema “Os reflexos da atual situação Venezuelana para os Estados de Roraima e Amazonas” sinteticamente, as circunstâncias passíveis de medição e que poderão influenciar a pesquisa serão as seguintes:

Hipótese	Variável Dependente	Variável Independente
O transbordamento da atual crise do Estado Venezuelano gera reflexos para o Brasil.	Reflexos para o Brasil, em especial para os Estados de Roraima e Amazonas.	Crise na Venezuela.

Tabela 1 – Definição conceitual da hipótese e das variáveis

Fonte: o autor.

1.4 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Para a presente pesquisa foram feitos dois recortes, a primeira delimitação foi temporal, a qual abarca o período da ascensão do Governo do Presidente Nicolás Maduro até os dias atuais. A segunda delimitação ocorre quanto ao espaço geográfico brasileiro mais impactado pelo transbordamento da crise venezuelana, sendo delimitado nas Unidades da Federação Brasileira lindeiras à República Bolivariana da Venezuela, que são os Estados de Roraima e Amazonas.

O ano 2013 assinala um relevante marco temporal da crise venezuelana. Nesse período o país já vivia reflexos da crise econômica causada pela redução dos valores das commodities, em especial o petróleo, base da economia daquele país. Nesse ano ocorreu a morte de Hugo Chávez, líder carismático do Bolívarismo do Século XXI, que até certo ponto conseguia conter as insatisfações internas. Nas eleições presidenciais daquele ano, Nicolás Maduro foi eleito para dar continuidade ao chavismo, porém, a vitória apertada (50,66% dos votos contra 49,07% de seu opositor), (TERRA, 2017), já demonstrava que o sucessor de Chávez não angariava o mesmo apoio. E, de fato, Maduro era inábil politicamente. Os erros do governo foram agravados por uma nova queda no preço do petróleo, dando início ao agravamento da crise interna.

A integração física entre Brasil e Venezuela (VE) ocorre por meio do Corredor Amazonas-Roraima-Bolívar. Tendo como principal eixo de ligação a rodovia BR-174, que corta o território brasileiro no sentido sul-norte, desde Manaus (AM) até Pacaraima (RR), marco BV-8 da fronteira Brasil-Venezuela, fazendo neste ponto conexão com o estado de Bolívar (VE) pela “carretera Santa Elena de Uairén- El Dorado”, cruzando a Gran Sabana (VE) de norte a sul, ligando até a capital Caracas (VE) e o litoral do Caribe. (SANTOS, 2011). É por esse eixo que ocorre o transbordamento da crise venezuelana, impactando o espaço geográfico brasileiro.

1.5 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

Esta seção busca, de forma sucinta, discorrer sobre os principais tópicos que justificam a importância desse trabalho. Dessa forma, a relevância desta proposta de trabalho está calcada nos aspectos abaixo descritos:

No tocante à expressão política, observa-se a preocupação do governo brasileiro quando da mensagem enviada pelo Presidente da República ao Congresso Nacional, no ano de 2017:

Com relação à Venezuela, o Brasil tem defendido o diálogo entre o governo e a oposição para a identificação de saída constitucional para a superação da grave crise política, econômica, social e humanitária que vive o país vizinho. (REPÚBLICA, 2017).

Esta preocupação não se restringe somente às relações bilaterais, mas também às relações com os blocos regionais e organismos internacionais, como MERCOSUL, OEA, UNASUL, dentre outros, nos quais o temor de que a situação política se agrave evoluindo para uma guerra civil com reflexos para toda o subcontinente demonstra a importância deste estudo.

No que concerne à expressão econômica, a crise venezuelana, atribuída à baixa no preço do petróleo, tem contribuído para a queda da economia nos demais países vizinhos à Venezuela, conforme relato de um periódico de grande circulação no Estado do Amazonas:

A crise econômica na Venezuela está impactando na balança comercial brasileira, no primeiro semestre de 2016 o Amazonas exportou US\$ 53,9 milhões, representando saldo de (17%), enquanto que neste ano ficou 4% nas vendas, no montante de US\$ 11,5, uma queda significativa de 78%. (MOTA, 2017).

Desse modo, a crise econômica proveniente da Venezuela tem afetado diretamente o entorno estratégico venezuelano, o que justifica a relevância do estudo desses reflexos para a Região Norte do Brasil.

No que tange à expressão psicossocial, a recente crise por qual passa a Venezuela reflete-se de forma mais perceptível nesta expressão do poder. A grande massa de migrantes que saem da Venezuela para os países vizinhos é facilmente percebida, produzindo sérios reflexos à estrutura social das cidades que recebem esse fluxo migratório, conforme relatada por uma revista de circulação nacional:

Nos primeiros seis meses de 2017, 7600 venezuelanos pediram refúgio ao governo brasileiro, conforme dados da Polícia Federal (PF). O número é maior do que a soma de todos os pedidos nos cinco anos anteriores. A maioria dos migrantes entra pela fronteira entre os dois países em Pacaraima, no norte de Roraima, vindos de Santa Helena de Uairén. A rota continua por mais 200 quilômetros até Boa Vista onde se pode fazer o registro posto da PF e encontrar comida e trabalho — mesmo que seja para limpar vidros nos semáforos da cidade. Ao contrário da onda de imigração haitiana, poucos são os venezuelanos que saem de Roraima. Muitos mantêm as famílias na Venezuela e desejam voltar quando a situação do país melhorar. (RABIN, 2017).

Dessa forma, a crise humanitária venezuelana e seus reflexos psicossociais para os países vizinhos deve ser motivo de estudo, justificando a grande importância deste trabalho.

Em suma, a proposta desta pesquisa é relevante atualmente para o país, com base nos fatores elencados, os quais puderam demonstrar a importância do assunto desta pesquisa nas expressões econômica e psicossocial, bem como encontra suporte no crescente interesse e importância que os noticiários e a academia têm dado ao tema.

2. REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

2.1 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção promove um debate sobre os dois principais conceitos que servem como base conceitual para a consecução da presente pesquisa. Assume-se a importância da falência estatal bem como do transbordamento da crise, que reflete no aumento do fluxo migratório. Desse modo, esses conceitos serão debatidos sob

múltiplos enfoques com intuito de evidenciar distintas percepções e possibilitar a execução da pesquisa propriamente dita. Para isso, essa seção está estruturada da seguinte forma: 1) A falência estatal; e 2) A migração como efeito do transbordamento da crise.

2.1.1 A falência estatal

A falência do Estado Westfaliano e suas possíveis consequências têm, nos últimos tempos, motivado pesquisadores a se empenharem a buscar o aprofundamento nos estudos sobre essa temática de maneira a entendê-los de uma forma mais abrangente.

Assim, Rotberg (2002), estudioso do assunto, lembra que os Estados se constituem como as unidades básicas de análise da ordem internacional. Desta forma, esta mesma ordem fica comprometida quando um número cada vez maior de Estados entra em processo de falência. As trágicas consequências da falência estatal fazem com que organizações internacionais e algumas grandes potências tenham que lidar com conflitos internos e emergências humanitárias na tentativa de socorrer os cidadãos e os próprios Estados falidos. (MAZÃO, 2011)

Rotberg apud Quadros (2007) salienta que o 11 de Setembro trouxe à tona a temática dos Estados fracassados, a qual já vinha sendo abordada desde o fim da Guerra Fria, com a derrocada do bloco soviético, cuja gravidade aumenta se for levado em conta que mais de dois bilhões de pessoas vivem em Estados em perigo de colapso (FUND FOR PEACE FOREIGN POLICY, 2009) e que cerca de oito milhões de pessoas morreram e outras quatro milhões foram desalojadas por guerras dentro de (ou entre) Estados fracassados desde o início dos anos 90. (ROTBERG, 2002).

Ainda, segundo Quadros (2007) o conceito de Estado fracassado escapa à clássica concepção weberiana do Estado, segundo a qual este seria a única instituição política a que estaria assegurado o monopólio do uso legítimo da força dentro de seu território (WEBER, 1999). A contestação a tal monopólio provém de guerrilhas, *warlords*, milícias paramilitares, grupos terroristas e ingerências externas, fortalecidos pelo ordenamento mundial pós-Guerra Fria, promotor de uma internacionalização que

vai em detrimento do Estado Nacional, que cada vez mais perde seu protagonismo no campo interno e externo. (QUADROS, 2007).

A disseminação do conceito de Estado fracassado é polêmica em seu nascedouro, porque sua definição, como Estado incapaz de exercer o monopólio legítimo da força, é dificilmente mensurável. Além disso, tal polêmica se deve à subjetividade em definir a incapacidade de um Estado em exercer a sua força, e a legitimidade de tal força. (QUADROS, 2007).

Para Rotberg (2002), os Estados fracassados são entes: “incapable of projecting power and asserting authority within their own borders, leaving their territories governmentally empty”¹.

Reafirmando e complementando o defendido por Rotberg, o *Crisis States Research Centre* (2005) define os como Estados falidos:

“(...) that can no longer perform its basic security, and development functions and that has no effective control over its territory and borders. A failed state is one that can no longer reproduce the conditions for its own existence”.²

Rotberg (2002), em seus estudos, aponta as principais características e os indicadores do enfraquecimento dos Estados e os classifica como: sendo fortes, fracos, falidos e colapsados. Nesta classificação, ele estabelece que Estados fortes são aqueles que possuem bom desempenho com relação ao provimento dos bens públicos. Em outra posição e de forma central, estão os Estados fracos, que apresentam um perfil variável e oscilante entre as extremidades de forma temporal, ou seja, estes Estados são capazes de prover certos bens públicos em diferentes medidas, mas são precários nos serviços prestados com relação a outros bens. Os termos falido e colapsado caracterizam o agravamento da situação anterior, incapacitando os Estados de atenderem às demandas de seus cidadãos, nesses casos os bens e serviços públicos estão altamente comprometidos.

¹ “Incapazes de projetar poder e afirmar autoridade dentro de suas próprias fronteiras, deixando em seus territórios vazios governamentais.” (CRISIS STATES RESEARCH CENTRE APUD QUADROS, 2007, tradução nossa)

² “São aqueles que não podem mais realizar a sua segurança básica e funções de desenvolvimento e que não possuem controle efetivo sobre seu território e suas fronteiras. Um estado falido é aquele que não pode mais reproduzir as condições para sua própria existência”. (CRISIS STATES RESEARCH CENTRE APUD QUADROS, 2007, tradução nossa)

Este mesmo estudioso esclarece que o processo de deterioração da autoridade do Estado sobre seu território e população, que culmina em seu fracasso, é diagnosticado por vários sintomas. (ROTBERG, 2002).

Rotberg (2002, p. 128-129) lembra, ainda, que na expressão política, ocorre a corrosão das geralmente incipientes instituições democráticas (ou a subversão das tentativas de criá-las), em nome de um agrupamento político, normalmente um grupo étnico ou tribal, e em detrimento do resto da população, por meio da restrição da independência dos Poderes Legislativo e Judiciário, do amordaçamento da sociedade civil, e do absoluto controle sobre as forças de segurança.

Nesses Estados, o regime democrático não existe (ROTBERG, 2002). O direito de participação na vida política é também um bem público essencial. Todo Estado deve assegurar aos seus cidadãos o direito de se eleger para cargos públicos. De modo igual, deve respeitar os direitos humanos e direitos civis fundamentais, deve respeitar e apoiar as instituições políticas regionais e nacionais, e deve admitir as diversidades de opiniões. (ROTBERG, 2002).

Neste mesmo viés, Mazão (2011) afirma que Estados falidos possuem instituições fracas. Praticamente, só o poder executivo exerce sua função. Os demais poderes perdem sua independência ou são oprimidos pelo poder anterior e ficam impossibilitados de realizar suas funções. A população fica incrédula com o corte em relação aos recursos, especialmente contra o Estado, pois sabem que muitos membros são cooptados pelo executivo. A burocracia é uma ferramenta do Estado, que a utiliza em seu favor. A única instituição que possivelmente exerce alguma credibilidade é o exército. Porém, o grau de politização das forças armadas em Estados falidos é normalmente alto.

Os Estados fracassados geralmente se caracterizam por apresentarem alguns, senão todos, os seguintes aspectos: ascensão do número de crimes e da violência política; a perda de controle sobre as fronteiras; crescentes hostilidades étnicas, religiosas, linguísticas e culturais; ocorrência de guerra civil; o uso do terror contra os próprios cidadãos; instituições fracas; infraestrutura deteriorada ou insuficiente; incapacidade de recolher impostos sem o uso da coerção; altos níveis de corrupção; sistema de saúde em colapso; níveis crescentes de mortalidade infantil e expectativa de vida em queda; severas restrições às oportunidades de educação regular; níveis

do PIB per capita decadentes; inflação galopante; preferência generalizada por moedas estrangeiras; e escassez no suprimento básico de alimentos. (ROTBERG, 2002).

A falência estatal geralmente resulta na interação prolongada de um número de fatores corrosivos, incluindo estagnação econômica, sectarismo político e étnico, corrupção, infraestrutura decadente e degradação ambiental. Estes fatores trabalham, por um longo período de tempo, erodindo instituições e minando a autoridade do Estado. (MAZÃO, 2011).

Rotberg (2002), assim completa, os Estados fracos não apresentam mais capacidades de prover bens públicos de maneira eficiente para seus cidadãos. A infraestrutura é deteriorada, os índices de corrupção são elevados, a lei é cumprida parcialmente, a sociedade civil não é considerada e governos ditatoriais estão no poder. Desse modo, seria possível dizer que o enfraquecimento ou a falência são generalizados ou restritos a alguns setores do Estado. (ROTBERG, 2002).

Para Loescher e Milner (2005), os Estados falidos, em seu contexto, propiciam o vácuo de autoridade e a inoperância das instituições, tornando-se locais férteis e propícios ao surgimento dos senhores da guerra, dos terroristas e da instabilidade crônica.

Neste mesmo entendimento, Rotberg (2002) afirma que os Estados são falidos quando estão consumidos por violência interna, quando perdem a capacidade de prover bens públicos para seus cidadãos, quando o governo perde a credibilidade, e quando o próprio Estado passa a ser questionado e deslegitimado por seus cidadãos.

Assim, Rotberg (2002) esclarece que existe uma hierarquia de bens públicos e que esta deve ser considerada, porém a segurança está em primeiro lugar. Todos os bens públicos são essenciais, todavia nenhum deles é tão crucial quanto à segurança, em especial à segurança humana. Para o autor, somente o Estado é capaz de suprir as necessidades relativas à segurança pública e cabe a ele esta responsabilidade.

Neste sentido, ressalta-se a importância deste aspecto, o qual não pode ser ignorado quando se fala em falência estatal. Dessa forma, nota-se que Estados falidos são incapazes de prover segurança em todo seu território. Assim, o Estado que não é capaz de prover segurança de forma eficiente para sua população apresenta a mais

importante característica da falência, onde os níveis de violência estão intimamente relacionados a esta insolvência estatal, ou seja, quanto mais alto este nível, mais alta é a probabilidade de o Estado vir a falhar ou falir. A segurança mínima necessária em um território é condição básica que assegura ao Estado o fornecimento de outros bens públicos. (ROTBURG, 2002).

Ainda, no que tange a violência advinda da falência estatal, Rotberg (2002) enfatiza que nos Estados falidos os governos vitimizam seus cidadãos. Parte da população que não reconhece a legitimidade do governo é oprimida e submetida aos interesses do soberano. Reações de protesto contra este tipo de opressão são típicas ao processo de enfraquecimento estatal.

Nesta mesma vertente, Fukuyama (2004) afirma que os Estados fracos são motivos de contendas e grave afronta aos direitos humanos, provocando assim ameaças à ordem internacional.

Sobre a violência, Mazão (2011) lembra que a crescente violência criminal é outro indicador de falência estatal. Quanto mais o Estado for enfraquecendo, um progressivo aumento da desordem e do não cumprimento da lei se evidencia. A falência estatal é acompanhada pela ausência de lei. A polícia fica paralisada, atividades ilegais como tráfico de drogas tornam-se cada vez mais comuns.

Nesta linha de pensamento, Klare (2004) afirma que um Estado deve exercer várias funções, e a mais importante delas é a capacidade de proteger seus bens nacionais da desordem interna e de ataques externos. Desta forma, quando um Estado já não tem mais a capacidade de cumprir com esta função, sua autoridade encolhe indo, ao encontro do enfraquecimento.

O aumento da violência pode ser retratado pelos altos níveis de homicídio e furtos. Neste vazio de poder, podem surgir forças paralelas ao Estado com o propósito de suprir esta necessidade. Grupos paramilitares, como senhores de guerra, passam a oferecer segurança para grupos aliados no lugar do Estado que está incapaz de prover tal bem público (ROTBURG, 2002).

No tocante à economia, a falência estatal promove a queda no padrão de vida, que ocorre pelo favorecimento dado pelas elites a alguns grupos, pela escassez de investimentos externos, pela redução dos gastos do governo com serviços públicos, e pela corrupção galopante. (ROTBURG Apud QUADROS, 2007).

A queda real do PIB é outro significativo indicador de falência. Sucessivas quedas deste índice são características de Estados falidos. Além disso, vem acompanhado, também, por altos níveis de inflação, desvalorizando a moeda corrente, havendo troca dela em qualquer lugar, legalmente ou não, podendo existir câmbios paralelos não oficiais (ROTBERG, 2002).

A falência é notoriamente percebida em situações de precariedade extrema dos serviços públicos. O Estado se torna incapaz de prover sistemas de saúde, educação, bancário, comunicação, transporte, rodoviário, e comercial para seus cidadãos. Materiais básicos para a educação e medicamentos ficam escassos, ao mesmo tempo em que profissionais destas áreas têm seus salários atrasados, ou são remunerados e muitas vezes não recebem, ocasionando, ao mesmo tempo, uma queda na qualidade destes serviços e no padrão de vida destes profissionais. Em alguns casos, quando há cisão no Estado, somente parte da população consegue ter acesso a tais serviços. Indicadores de tais características são: analfabetismo; mortalidade infantil; epidemias e baixa expectativa de vida (ROTBERG, 2002).

A corrupção endêmica e sistemática é mais uma característica em governos de Estados falidos. Grupos privilegiados, normalmente aqueles próximos da oligarquia dominante, têm acesso à oportunidades financeiras incomparáveis, realizando, por vezes, investimentos de seus recursos em outros lugares e não no próprio país, o que agrava ainda mais a falência econômica (ROTBERG, 2002).

De acordo com Gomes (2008), outros fatores externos podem vir a somar ou mesmo antecipar a falência de um Estado, como: uma grande estiagem, provocando fome generalizada; ou grandes flutuações no preço de commodities, os quais podem ser fatores externos que desafiam o Estado e estes fatores devem ser considerados relevantes na possibilidade de falência.

Segundo Mazão (2011), observando de forma conjunta, estas características formam o conjunto de critérios pelos quais os Estados modernos podem ser julgados como, fortes, fracos e falidos ou colapsados. Ao analisar um por um, estes critérios, é possível verificar que quanto mais fraco for o desempenho do Estado, maior a possibilidade de sua fraqueza se tornar fracasso.

Todavia estas categorias não são determinantes. Os Estados podem se mover neste espectro ao longo do tempo, passando de fracos para fortes, ou de fracos para falidos chegando a ser colapsados. (MAZÃO, 2011).

Neste sentido, Rotberg (2002) entende que a falência é uma posição fluída e evitável, esta última principalmente pelo fato de que é o homem o principal elemento que causa a falência.

Em síntese, observa-se que os critérios para se qualificar um Estado são os mais variáveis possíveis, não permitindo uma questão definitiva. Os Estados, dentro dos critérios mencionados nesta seção, estão em constante movimento, uns oscilando lentamente, demonstrando estabilidade, outros com movimentos mais abruptos, demonstrando instabilidade, estes últimos provocando na comunidade internacional certa apreensão.

2.1.2 A migração como efeito do transbordamento de crises

Os movimentos migratórios no Brasil e no mundo não são de hoje e continuam a ser notícia recorrente nas mídias, seja em âmbito municipal, estadual ou mesmo mundial. As causas dos fluxos migratórios, além de serem reflexo das desigualdades sociais, também estão relacionadas com uma nova forma de cultura migratória, ou fruto do transbordamento de crises de Estados falhos. Muitas das vezes os fluxos migratórios são percebidos como um problema ou uma ameaça ao país receptor. (BRAGA, JESUS e LACERDA, 2017).

Dada a relevância do assunto, Cardoso (2002) assim assegura:

Nos últimos anos, o debate em torno de problemas atinentes à imigração ganhou fóruns próprios, como a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento realizada na cidade do Cairo em 1994, por iniciativa do Fundo de População das Nações Unidas, e o Encontro Europeu da Organização Internacional do Trabalho organizado na sede de Genebra da OIT, entre 12 e 15 de dezembro de 2000. Nestes fóruns, as questões tratadas encontram suas raízes em problemas clássicos que envolvem migrações internacionais; entretanto, elas vêm escapando às formas tradicionais de concepção e condução de ações dos governos nessa área. (CARDOSO, 2002)

De modo a melhor elucidar a questão migratória a ACNUR, assim define migrante:

Uma definição legal uniforme para o termo “migrante” não existe em nível internacional. Alguns formuladores de políticas, organizações internacionais e meios de comunicação compreendem e utilizam o termo “migrante” como um termo generalista que abarca migrantes e refugiados. Por exemplo, estatísticas globais em migrações internacionais normalmente utilizam uma definição de “migração internacional” que inclui os movimentos de solicitantes de refúgio e de refugiados. Em discussões públicas, no entanto, essa prática pode facilmente gerar confusão e pode também ter sérias consequências para a vida e segurança de refugiados.” (ACNUR, 2018)

Este mesmo Alto Comissariado das Nações Unidas entende como conceito de migração e diferencia migrante de refugiado, da seguinte forma:

Migração é comumente compreendida implicando um processo voluntário; por exemplo, alguém que cruza uma fronteira em busca de melhores oportunidades econômicas. Este não é o caso de refugiados, que são especificamente definidos e protegidos no direito internacional. Refugiados são pessoas que estão fora de seus países de origem por fundados temores de perseguição, conflito, violência ou outras circunstâncias que perturbam seriamente a ordem pública e que, como resultado, necessitam de proteção internacional não podem retornar às suas casas em segurança e, conseqüentemente, têm direito a proteções específicas no escopo do direito internacional. Desfocar os termos ‘refugiados’ e ‘migrantes’ tira atenção da proteção legal específica que os refugiados necessitam, como proteção contra o *refoulement*³ e contra ser penalizado por cruzar fronteiras para buscar segurança sem autorização. Não há nada ilegal em procurar refúgio – pelo contrário, é um direito humano universal. Portanto, misturar os conceitos de “refugiados” e “migrantes” pode enfraquecer o apoio a refugiados e ao refúgio institucionalizado em um momento em que mais refugiados precisam de tal proteção. (ACNUR, 2018).

No tocante ao respeito ao migrante e ou refugiado a ACNUR nos alude:

Nós precisamos tratar todos os seres humanos com respeito e dignidade. Nós precisamos garantir que os direitos humanos dos migrantes sejam respeitados. Ao mesmo tempo, nós também precisamos fornecer uma resposta legal e operacional apropriada aos refugiados, por conta de sua situação difícil e para evitar que se diluam as responsabilidades estatais direcionadas a eles. Por essa razão, o ACNUR sempre se refere a “refugiados” e “migrantes” separadamente, para manter clareza acerca das causas e características dos movimentos de refúgio e para não perder de vista as obrigações específicas voltadas aos refugiados nos termos do direito internacional. (ACNUR, 2018).

Sobre os fatores que levam ao deslocamento de migrante a Agência da ONU para refugiados, assim coloca:

Os fatores que levam indivíduos a migrar podem ser complexos. Muitas vezes as causas são multifacetadas. Migrantes podem deslocar-se para

³ Supressão.

melhorarem suas condições de vida por meio de melhores empregos ou, em alguns casos, por educação, reuniões familiares, ou outras razões. Eles também podem migrar para aliviar dificuldades significativas ocasionadas por desastres naturais, pela fome ou de extrema pobreza. Pessoas que deixam seus países por esses motivos normalmente não são consideradas refugiadas, de acordo com o direito internacional. (ACNUR, 2018).

O entendimento dos processos sociais envolvidos nos fluxos de pessoas entre países, regiões e continentes passa pelo reconhecimento de que sob a rubrica migração internacional estão envolvidos fenômenos distintos, com grupos sociais e implicações diversas. (BRAGA, JESUS e LACERDA, 2017).

Numa abordagem histórica e ampla dos movimentos populacionais mundiais, Cohen (1999) insere a diáspora em sua reconstrução desses movimentos: diáspora, que na acepção grega da palavra significava migração e colonização, é aqui retomada em sua classificação histórica; nesse sentido, os judeus são considerados o caso mais típico; africanos e armênios também são classificados no tipo de diáspora por vitimização; os britânicos representam uma diáspora imperial; os indianos, a diáspora do trabalho; e os chineses e libaneses constituem a diáspora comercial. É interessante observar que, para Cohen, os povos caribenhos representam a diáspora cultural. Ampliando o conceito de diásporas, o autor acaba convergindo para as categorias e conceitos que comparecem nos vários discursos sobre migração internacional no mundo contemporâneo ou, mais especificamente, no mundo globalizado. Em um paralelo com a abordagem de Cohen, atualmente vivemos a Diáspora Venezuelana, fruto da grave crise institucional e econômica por qual atravessa o país. (PATARRA, 2006).

Ainda segundo Patarra (2006), as novas modalidades migratórias demandaram, no cenário da globalização, a necessidade de reavaliação dos paradigmas para o entendimento e conhecimento das migrações internacionais no mundo, a forma de compreensão desses novos movimentos de migração é de suma relevância, como a própria redefinição dos tipos de migração. Assim, é imprescindível que se considere a situação de luta, a situação econômica do país receptor, a segurança, compromissos assumidos pelas entidades, como a ACNUR que colabora de modo estreito com governos, organizações regionais e internacionais e também organizações não governamentais, pelas ampliações e efetivação dos Direitos Humanos dos migrantes em cada país. (BRAGA, JESUS e LACERDA, 2017).

Possivelmente a permeabilidade das fronteiras que integram os países da América Latina, num contexto de relação econômica regional, vem contribuindo para a intensificação das novas modalidades de migração da população do tipo fronteira ou entre países limítrofes, com os deslocamentos transfronteiriços. (BAENINGER, 2012).

Na visão de Baeninger (2012), os países da América Latina nos anos de 1970, Caribe, Venezuela e Argentina, se tornaram polos da migração internacional regional. Neste contexto, a Argentina foi o país que mais atraiu imigrantes, devido às possibilidades de trabalho na agricultura, manufatura, na construção e serviços. “[...] na Venezuela, a economia incentivada pela bonança petrolífera atraiu colombianos e pessoas do Cone Sul forçadas a deixar seus países de origem” (VILLA e MARTÍNEZ, 2001, p. 7).

Além disso, as zonas fronteiriças são espaços de grande relevância para a ocorrência de migração, pois nelas estão contidos diversos fatores que ajudam na mobilidade. Contudo, a migração acarreta uma série de problemas para o país receptor, dentre eles o receio quanto à falta de segurança e a perda de identidade social. (BARALDI, 2014).

O Brasil sempre foi um país de recepção de migrantes, mas a partir dos anos 2000 o Brasil passou a ter uma importância maior nas migrações do Mercosul. As discussões sobre cidadania e política migratória no Brasil foram bastante tardias, especialmente se comparadas à trajetória argentina. Segundo Baraldi (2014, p. 80), “A história das políticas e leis de imigração no Brasil é intrinsecamente ligada à história da cidadania brasileira”. Isso se deve ao fato de que o Estado brasileiro passou a incentivar, no século XIX, a vinda de colonos europeus para trabalhar em áreas ainda não povoadas, em função das pressões inglesas pela abolição da escravidão. (CULPI, 2017).

A Nova Lei de Migrações (Lei 13.445/2017) em seu artigo 1º define migrante, imigrante, emigrante, visitante apátrida e residente fronteiriço. No artigo 3º, ressalta-se o termo “política migratória brasileira”, estabelecendo os princípios desta política. Ademais, no artigo 4º são determinados os direitos do imigrante: “Ao imigrante é garantida, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]”. O parágrafo 2º deste

artigo concede direitos de exercício de funções públicas ao estrangeiro: “Ao imigrante é permitido exercer cargo, emprego e função pública, conforme definido em edital, excetuados aqueles reservados para brasileiro nato, nos termos da Constituição Federal”. O Capítulo VIII destina-se ao emigrante brasileiro, estabelecendo os seus direitos e políticas públicas (BRASIL, 2017).

A partir da entrada em vigor desta nova lei no Brasil, houve uma mudança de paradigma. Antes, o Estatuto do Estrangeiro via a questão da imigração como uma questão de segurança nacional. A nova lei vê como uma questão de direitos humanos, facilitando o acolhimento de migrantes no País.

Com estas definições pôde ser verificada a grande variedade conceitual que existe acerca desse assunto. Desse modo, fica clara a necessidade da compreensão do conceito sobre migrações e o pensamento brasileiro no que tange ao assunto, pois se trata de um fenômeno em constante evolução no regramento internacional, e que a cada dia impacta mais pessoas.

2. 2 REFERENCIAL METODOLÓGICO

Esta seção tem por finalidade apresentar o tipo de pesquisa que foi realizada, bem como os meios empregados para solucionar o problema de pesquisa e os procedimentos necessários para alcançar os objetivos (geral e específico) apresentados.

Numa pesquisa científica, o método é a garantia de que o papel social da ciência prevalecerá sobre os interesses ou visões de mundo dos pesquisadores. Um método coerente e claro é condição fundamental para que se possa atribuir valor científico a qualquer estudo ou observação da realidade. (MOREIRA, 2015).

Este trabalho optou por uma metodologia comparativa, pois a mesma é a que melhor permite realizar com maior exatidão a comparação dos reflexos da atual crise venezuelana, antes e depois de seu transbordamento. Segundo Marconi e Lakatos, o método comparativo é usado tanto para comparações de grupos no presente, no passado, ou entre os existentes e os do passado, quanto entre sociedades de iguais ou de diferentes estágios de desenvolvimento. (MARCONI e LAKATOS, 2003).

Desta maneira, pautando-se numa sequência lógica, o capítulo está estruturado da seguinte forma: 1) Tipo de pesquisa; 2) Universo e amostra; 3) Coleta de dados; 4) Tratamento dos dados; 5) Limitações do método.

2.2.1 Tipo de pesquisa

Essa pesquisa é qualitativa, uma vez que privilegia relatos, análises de documentos e entrevistas para entender o fenômeno da atual crise venezuelana e seus reflexos para o Brasil. Seguindo a taxionomia de Vergara (2009), essa pesquisa é descritiva, metodológica e bibliográfica. Conforme a autora, é descritiva porque pretende descrever as características e o andamento atual da crise Venezuelana e seus reflexos para o Brasil. Metodológica por analisar a utilização dos fatores determinantes para que ocorresse tal crise, bem com seus impactos. Bibliográfica porque sua fundamentação teórico-metodológica se baseou na investigação sobre o assunto em livros, revistas acadêmicas, fóruns de discussão sobre a temática, legislações e artigos de acesso livre ao público em geral.

2.2.2 Universo e amostra

Universo se refere ao conjunto de elementos (empresas, produtos, pessoas) possuidores de características que serão objeto de estudo. Já amostra, diz respeito a uma parte do universo, escolhida segundo algum critério de representatividade (VERGARA, 2009).

Portanto, o universo para o desenvolvimento do estudo que se pretende empreender foi a região compreendida pelos Estados de Roraima e Amazonas. Dentre esse universo, selecionou-se uma amostra não probabilísticas, classificada como “por acessibilidade”.

Segundo Vergara (2009), a amostra não probabilística por acessibilidade é selecionada quando se tem facilidade de acesso a ela. Assim sendo, a amostra por acessibilidade será aquela que se baseia em documentos da ACNUR, dos governos brasileiros e venezuelanos e estudos científicos sobre o tema e obras que retratam a

realidade vivida no universo problema, durante o marco temporal de 2013 a agosto de 2018.

2.2.3 Coleta de dados

Essa pesquisa iniciou-se com uma pesquisa bibliográfica na literatura (livros, manuais, revistas especializadas, jornais, artigos, anais de congressos, internet, teses e dissertações) com dados pertinentes ao assunto. Nessa oportunidade, foram levantados o conceito de falência estatal, o histórico das relações entre Brasil e Venezuela, as causas da crise venezuelana e os reflexos do transbordamento dessa situação para as unidades da Federação brasileira.

Em prosseguimento, utilizou-se pesquisa documental nos arquivos da Casa Civil, Ministério da Defesa e do Exército Brasileiro. Buscou-se, também, a consulta a material constante em trabalhos acadêmicos, artigos, livros, bibliotecas e na rede mundial de computadores. Da mesma forma, foram verificados acordos, tratados, atas, resoluções e qualquer outra documentação relevante disponível acerca do tema.

2.2.4 Tratamento dos dados

Em decorrência da natureza do problema dessa pesquisa e do perfil desse pesquisador, foi escolhida a abordagem fenomenológica, a qual privilegia procedimentos qualitativos de pesquisa. Assim, como resultado do tipo de pesquisa e dos meios de coleta de dados apresentados anteriormente, foi realizado um trabalho de interpretação dos dados levantados, realizando, após o trabalho de confrontação das metodologias, a comparação com os resultados das pesquisas bibliográfica e documental.

Após isso, foi realizada a análise de conteúdo dos dados coletados com a suposição anteriormente apresentada, proporcionando a resposta aos questionamentos do problema anteriormente citado.

Por fim, foi realizada a análise e interpretação dos resultados, com o objetivo de responder ao questionamento do problema apresentado.

2.2.5 Limitações do método

Em relação ao tratamento dos dados, destaca-se a limitação de fontes de consulta, devido à carência de referências bibliográficas como livros, artigos, revistas, dentre outras, o que força este pesquisador a apoiar-se em noticiários existentes na rede mundial de computadores. Portanto o trabalho contribuirá no sentido de auxiliar futuros trabalhos de pesquisa.

Mesmo com limitações, parte-se da premissa que a metodologia escolhida é coerente e possibilita atingir o objetivo final desta pesquisa de forma objetiva.

3. AS RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE BRASIL E VENEZUELA

Para entender os reflexos da atual crise da República Bolivariana da Venezuela para o Brasil e seus impactos para os Estados de Roraima e Amazonas, necessita-se compreender o histórico e como acontecem as relações entre Brasil e Venezuela, com ênfase, principalmente, na região fronteiriça entre esses países e suas adjacências, o que veremos a seguir neste capítulo.

3.1 O HISTÓRICO DA RELAÇÕES ENTRE BRASIL-VENEZUELA

As relações diplomáticas entre Brasil e Venezuela foram estabelecidas desde 1843. Apesar de compartilharem uma fronteira de aproximadamente 2.200 km, essas nações possuem um histórico de pouca interação ao longo do tempo. Se por um lado, depois de firmados os limites definitivos através do tratado de 1859, poucas foram as ocasiões em que surgiram incidentes diplomáticos ou mesmo disputas, sejam elas territoriais ou política; por outro, poucos também foram os momentos em que se pôde observar uma real cooperação entre eles. (NUNES, 2011).

Esse cenário de distanciamento passou por duas viradas em prol da intensificação das relações nos últimos trinta anos: em um primeiro momento, ao final da década de 1970, o distanciamento gradualmente cedeu espaço à uma aproximação estratégica; e, posteriormente, nos primeiros anos da década de 1990, no qual iniciou-se um

processo de aprofundamento qualitativo das relações que se estendeu ao longo das décadas subsequentes. (NUNES, 2011).

O longo afastamento entre os dois países, tão próximos geograficamente, possui diversas causas. No que tange à Venezuela, essa operou internacionalmente de forma bastante restrita até a década de 1930 e, posteriormente, quando ampliou a importância da variável externa para o desenvolvimento interno, a prioridade de suas relações recaiu sobre os Estados Unidos, América Central e os países caribenhos. (CALIFANO, 2009).

No que se refere ao Brasil, apesar de possuir historicamente uma atuação mais intensa no cenário internacional e que tenha tomado um número maior de iniciativas junto à América do Sul, é notória a atenção privilegiada que foi concedida continuamente aos vizinhos sulistas em detrimento do relacionamento com os países limítrofes do Norte. (CALIFANO, 2009).

No tocante às relações comerciais entre esses dois países, essas foram praticamente inexistentes durante um longo período de tempo, seja pela falta de complementaridade econômica ou pela inexistência de meios de transporte que interligasse os dois territórios. (NUNES, 2011).

Quanto às concentrações populacionais, essas sempre estiveram voltadas para regiões opostas, na qual a maior parte da população venezuelana encontra-se na zona centro-costeira do país, próxima ao Caribe, e enquanto a população brasileira encontra-se concentrada na região centro-sul, o que dificulta a integração entre essas populações. (NUNES, 2011).

No caso da Floresta Amazônica, ainda que a sua existência possa ser considerada um fator de aproximação em função de seu compartilhamento, significa, em termos reais, uma barreira geográfica entre os dois países, dissociando os centros urbanos e econômicos das duas nações, o que dificulta ainda mais uma aproximação. (CERVO, 2001).

No decorrer das primeiras décadas do século XX, após iniciada a exploração petrolífera na Venezuela, o país aproximou-se dos grandes centros comerciais mundiais no papel estratégico de fornecedor de energia. Essa situação tornou o país distante da realidade sul-americana e fortemente dependente da economia estadunidense. (NUNES, 2011).

Na década de 1960, por meio de pontos de vista diferentes, Brasil e Venezuela aumentaram o seu distanciamento. O Governo venezuelano, sob a liderança de Rómulo Betancourt passou a reconhecer apenas os governos provenientes de eleições diretas, o que ia claramente de encontro à conjuntura hemisférica, na qual a maioria dos governos eram exercidos por militares. Ao adotar a Doutrina Betancourt, em 1964 a Venezuela cortou as relações diplomáticas com o Brasil, as quais foram somente reestabelecidas em 30 de dezembro de 1966. (VIZENTINI, 2004).

Durante a década de 1970, a valorização do preço do petróleo permitiu que a Venezuela aprofundasse seu desenvolvimento econômico e ampliasse sua atuação internacional. Sob a administração de Andrés Pérez, o país buscou libertar-se da dependência dos grandes centros e nacionalizou os setores do petróleo, aço e cobre. Essa nova fase permitiu à Venezuela ampliar multilateralização das relações, fez também com que o país participasse da frente junto ao Movimento dos Não-Alinhados e adotasse uma postura mais pragmática, embasada em uma leitura clara e em conformidade com a *realpolitik*.⁴ (NUNES, 2011). Assim, as relações venezuelanas com o Brasil e com a América Latina foram assumindo pouco a pouco um grau de relevância maior.

No entanto, foi somente na virada da década de 1970 para a década de 1980 que os dois países adotaram uma agenda internacional consonante, que possibilitou o aprofundamento real de suas relações. Nesse sentido, o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), assinado em Brasília em julho de 1978, por oito países sul-americanos, entre eles Brasil e Venezuela, marcou uma virada rumo à cooperação estratégica, aproximando a agenda de segurança dos países. (BRASIL, 2017).

Na década de 1980, a Venezuela adota a inclinação realista para a América Latina, ao tempo em que a abundância da oferta de petróleo estava comprometendo seu preço no mercado internacional e o país perdia peso nas considerações norte-americanas, o que inspirou o projeto, não mais abandonado pela diplomacia de Caracas, de criar a primeira transnacional do petróleo do Terceiro Mundo, a Petrolatina. Um protocolo nesse sentido foi firmado em 1981 por Venezuela, Brasil e México. (CERVO, 2003).

⁴ O termo cunhado por Ludwig von Rochau refere-se à prática política pautada por objetivos realizáveis em detrimento de objetivos ideais (BERRIDGE e JAMES, 2003).

Para a Venezuela, a aproximação com o Brasil, país com o qual nunca tivera conflito de qualquer natureza, era aconselhada em razão do grande potencial de cooperação nos setores produtivos mais diversos, e como contraparte às investidas do nacionalismo norte-americano na zona caribenha. Era também aconselhável diante dos contenciosos de fronteira que ainda pendiam do lado de seus dois outros vizinhos, Colômbia e Guiana, particularmente este último, que envolvia a região em litígio do Essequibo. (CERVO, 2003).

A recessão da década de 1980, em ambos os países, tornou-se o complicador operacional das intenções políticas. O ambicioso projeto da Petrolatina não dispunha de condições para materializar-se. Somado a isso, o Brasil ao criar o projeto Calha Norte, em 1985, parecia abandonar a cooperação amazônica em favor de soluções unilaterais para os problemas da área. Por outro lado, a letargia em que se instalara no bloco andino estava a requerer uma reforma de seu estatuto, o Acordo de Cartagena. (CERVO, 2003).

A negociação visando essas modificações ocorreu no ano de 1987, que teve por objetivo reduzir o dirigismo estatal coercitivo e conferir maior liberdade ao mercado e à concorrência como forma de melhorar a alocação de recursos e incrementar o crescimento no âmbito do bloco. Entretanto, a Venezuela, sob influência de um isolacionismo ainda arraigado, não aderira ao Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) e entrara tardiamente na Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) e no Pacto Andino, assim, as autoridades de Caracas hesitavam em firmar o Protocolo Modificatório da nova Comunidade Andina, mas não resistiriam à pressão vinda do Brasil, que passou a liderar o moderno processo de integração da América do Sul. (NUNES, 2011).

Neste sentido, durante o governo do presidente José Sarney, o Brasil firmou com a Argentina, em 1986, os Protocolos de Cooperação que deram respaldo a um flexível processo de integração no Cone Sul e; com a Venezuela, o Compromisso de Caracas, em 1987, também destinado a estabelecer um eixo regional capaz de induzir o moderno processo de integração do Norte. Dessa forma, operava-se a diplomacia pendular de Sarney com o trunfo político de poder optar por um ou outro dos processos de integração, à mercê de seu triunfo. (COSTA, 2009).

De qualquer modo, ao tempo em que se preparava a criação do bloco do Cone Sul a partir da cooperação entre Brasil e Argentina, a diplomacia do Presidente brasileiro, José Sarney, havia lançado bases para outro processo alternativo, ao Norte, mediante o eixo de perspectivas similares com a Venezuela. Porém, as diferentes experiências apresentadas pelos presidentes neoliberais de Argentina, Venezuela e Brasil, no final da década de 1980, modificaram as estratégias de concertação regional e condicionaram os processos de integração, conforme os interesses e necessidades internas de cada país, vindo a prosperar somente a cooperação do Cone Sul. (GRZESCZAK, MOREIRA e FERRAZ, 2008).

A conjunção de crises inflacionárias, de endividamento, e o crescimento parco durante a década de 1980 abriram terreno para que as políticas de reforma neoliberal, aos moldes do Consenso de Washington, penetrassem facilmente nos países em desenvolvimento, em especial no território sul-americano, gerando uma nova onda de reformas. (BANDEIRA, 2002).

Esse novo modelo de reforma também foi instituído por Brasil e Venezuela, o qual visava a reduzir a insatisfação popular e trazer mudanças significativas na política interna desses países. No Brasil, partidos sem história assumiram um papel predominante e chegaram à Presidência da República de forma inusitada. Na Venezuela, os dois partidos mais tradicionais perderam espaço considerável no jogo político e um dos nomes mais renomados da defesa terceiro mundista no país, retornou ao poder com um projeto calcado no neoliberalismo irrestrito e incondicional. (CERVO, 2003).

Durante a década de 1990, vários foram os momentos de aproximação entre Brasil e Venezuela. O Brasil sob administração de Itamar Franco propôs os primeiros passos em direção a uma dinamização das relações com a Venezuela. Em dezembro de 1992, o governo brasileiro lançou as bases da Iniciativa Amazônica com vistas a fortalecer as relações econômicas com os vizinhos do Norte, nos quais o Brasil possuía grande interesse no petróleo da Venezuela, no gás da Bolívia e do Peru e também no carvão da Colômbia. (LESSA, 2004).

O período, ainda, foi marcado por um projeto de aprofundamento qualitativo nas relações com a Venezuela. Em março de 1994, foi assinado o protocolo de La Guzmania, um dos mais importantes instrumentos de cooperação entre os dois

países, até o momento. Entre seus dispositivos, previa a criação da Comissão Binacional de Alto Nível (COBAN) e do Mecanismo Político de Consulta (MPC), presidida pelos chanceleres e integradas por diversos ministros de Estado. (MURAKAMI, 2008)

Com a assunção de Fernando Henrique Cardoso (FHC) ao governo brasileiro, em meados da década de 1990, a agenda internacional do país ficou mais clara e bem definida. Uma das principais características do governo foi a retomada do projeto de liberalização econômica iniciado por Collor, embora o tenha realizado de forma mais articulada e com maior estabilidade no processo. (VIZENTINI, 2004).

No âmbito externo, o presidente FHC assumiu os rumos do país com uma perspectiva de atuação internacional que facilitasse a ampla abertura aos fluxos comerciais e financeiros. No que tange a sua postura frente à Venezuela, FHC manteve aberto os canais de cooperação e comunicação com o país vizinho, assinando vários acordos no âmbito bilateral e também multilateral. (VIZENTINI, 2004).

Após a reeleição de 1998, a política externa de Fernando Henrique sofreu uma pequena inflexão, e o discurso em favor da globalização foi substituído pela crítica à globalização excludente. Ainda que o projeto sul-americano não tenha sido abandonado pelo presidente, foi nos dois últimos anos de governo que a agenda de integração na América do Sul foi retomada com mais força. (VIGEVANI, OLIVEIRA e CINTRA, 2003).

Na Venezuela, as mudanças políticas ocorridas no final da década de 1980 continuaram a ter reflexos na eleição de 1998. A vitória de Hugo Chávez Frías nas eleições presidenciais de dezembro daquele ano, pôs fim à dominação de quarenta anos dos dois partidos conservadores tradicionais, inaugurando um outro modelo político caracterizado pelo nacionalismo social, distinto do conservadorismo tradicional e da experiência neoliberal vivida na década anterior. Por meio dessas mudanças, a política exterior venezuelana priorizou as vizinhanças, adotando quatro áreas básicas para dirigir os esforços da diplomacia e a ação do Governo: a atlântica, a caribenha, a andina e a amazônica. Seus objetivos visavam à implementação de importantes projetos de cooperação bilateral e na determinação de contribuir, de modo a agilizar os processos de integração. Dessa maneira, o Governo venezuelano decidiu

jogar o seu peso político, a força de seu mercado e de seu setor produtivo, particularmente o petrolífero, em favor da união da América Latina. (NUNES, 2011).

Assim, o país tornou-se membro forte da Comunidade Andina, do Grupo dos Três (uma zona de livre comércio em construção entre México, Colômbia e Venezuela), do Tratado de Cooperação Amazônica, e vinculou-se à Associação dos Estados Caribenhos e ao CARICOM por meio de um Acordo Energético. Dessa forma, a Venezuela desponta como intermediário imprescindível para o processo de articulação entre o norte e o sul da América Latina. (NUNES, 2011).

As relações com o Brasil permaneceram próximas durante o governo FHC e na mesma medida após a assunção de Lula, em 2003. A crise política de 2002 com a greve dos petroleiros na Venezuela e o conseqüente desabastecimento do país, levou FHC a colocar o Exército Brasileiro à disposição do país vizinho. A ajuda proporcionada à Venezuela em uma situação de crise servia como uma espécie de favor que o país vizinho ficaria devendo ao Brasil. A manutenção de uma postura próxima à Venezuela sempre foi entendida pela diplomacia brasileira como essencial pela importância geopolítica das reservas energéticas do país vizinho, além de servir para a contenção de qualquer intento de liderança regional exacerbada. É importante ressaltar que a imobilização dos ímpetos de liderança regional parece ser recíproca por parte da Venezuela. (NUNES, 2011).

Por ocasião da III Reunião de Presidentes da América do Sul, em dezembro de 2004, na cidade de Cuzco no Peru, os países da região firmaram um documento que estabeleceu os primeiros passos rumo à construção de uma Comunidade Sul-americana de Nações. No que tange aos interesses brasileiros para tal formação, pode-se afirmar que com a formação da comunidade, o País possuiria um acesso facilitado ao pacífico pela via Bolívia-Peru, assim como acesso ao Caribe através do espaço Colômbia-Venezuela. Além disso, a junção de todos os países amazônicos, incluindo o Suriname e a Guiana (incluídas no processo, porém a parte das demais iniciativas integracionistas da região), facilitaria a solução de problemas relacionados às questões amazônicas. Sob a perspectiva venezuelana, o projeto pode ser entendido como essencial para o país, solucionando o dilema nacional sobre a opção de relacionamento com o Brasil, que por vezes era visto como necessariamente em detrimento das relações venezuelanas junto aos países andinos (CARDONA, 2005).

Com a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2003, as relações bilaterais se aprofundaram politicamente, em razão da maior afinidade ideológica da esquerda sul-americana, em especial, do petismo com o bolivarianismo. Alguns marcos dessa aproximação foram o lançamento da Parceira Estratégica (2005) e o estabelecimento de reuniões presidenciais periódicas (2007). (BRASIL, 2017).

Em termos de resultados pragmáticos houve, em 2009, a ligação por cabos de fibra ótica de Caracas na Venezuela as cidades de Boa Vista e Manaus, capitais dos estados de Roraima e Amazonas, respectivamente. No nordeste do Brasil, no estado de Pernambuco, foi iniciada a construção da refinaria de petróleo Abreu e Lima, parceria entre a estatal venezuelana Petróleo de Venezuela/SA (PDVSA) e a brasileira Petrobrás. (OLIVEIRA, 2017).

Durante a Era Chávez (1998-2013), o Brasil participou de diversas atividades econômicas naquele país, passou a ser um grande parceiro no setor de alimentos e bens de consumo. Além disso, empresas brasileiras conseguiram entrar no mercado venezuelano fazendo obras milionárias de infraestrutura, entre elas, a empreiteira brasileira Odebrecht, que teve vários projetos no país vizinho, como a ampliação do metrô de Caracas, uma ponte de 11,4 km sobre o lago de Maracaibo na parte oeste do país, ponte sobre o Rio Orenoco e o desenvolvimento da hidrelétrica de Tocoma ao leste. (BORGES, 2011).

Em 2011, com a assunção de Dilma Rousseff à presidência do Brasil, as relações se mantiveram, tanto em relação as parcerias comerciais e econômicas, quanto às afinidades ideológicas e populistas dos dois governos, tornando a relação positiva e favorável ao Brasil, o que justifica até a ação do Brasil do ponto de vista ideológico e do interesse econômico comercial de incluir a Venezuela no MERCOSUL. Foi durante esse período de maior aproximação entre os países, que o Governo brasileiro assumiu o papel de apoiar a entrada da Venezuela no MERCOSUL, o que ocorre em 2012, quando entrou em vigor o Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao MERCOSUL, assinado em 4 de julho de 2006, em Caracas. (OLIVEIRA, 2017).

Entretanto, sua permanência não teve longevidade. A Venezuela não teve êxito, no prazo que se encerrou em 12 de agosto de 2016, em seus esforços de cumprimento dos compromissos assumidos de incorporação da normativa vigente no

MERCOSUL, sendo que em 2 de dezembro de 2016, a Venezuela foi notificada pelos membros fundadores do MERCOSUL do cessamento de seus direitos de Estado Parte. Em 5 de agosto de 2017, os quatro membros fundadores decidiram, por unanimidade, suspender a Venezuela do bloco por ruptura da ordem democrática nos termos do Protocolo de Ushuaia. (BRASIL, 2017).

A atual integração entre Brasil e Venezuela acontece não só por meio das relações bilaterais. Além do Mercosul, os países mantêm relações multilaterais junto à União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), bloco composto pelos doze países da América do Sul, cujo o objetivo é promover a integração econômica, social, cultural, política e de defesa entre os países-membros. (BRASIL, 2017).

Com relação à integração no âmbito da defesa, essa ocorre por meio do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), órgão ligada a UNASUL, e que tem por objetivo consolidar a América do Sul como uma zona de paz, criando condições para a estabilidade política e o desenvolvimento econômico-social; bem como construir uma identidade de defesa sul-americana, gerando consensos que contribuam para fortalecer a cooperação no continente. Por meio do CDS, os países membros analisam conjuntamente questões políticas e estratégicas, promovendo um amplo debate sobre as realidades global e hemisférica, a partir da ótica sul-americana. Desse modo, o CDS possibilita fomentar o intercâmbio no campo da segurança entre os países que o compõem. (BRASIL, 2018).

Em 2013, com o falecimento do presidente venezuelano Hugo Chávez, tomou posse seu sucessor, Nicolás Maduro, que herdou também a dificuldade econômica e financeira pela qual vivia o Estado Venezuelano. Nesse sentido, a relação com o Brasil tornou-se um pouco delicada. A presidente Dilma Rousseff, por várias vezes foi questionada pela oposição quanto a sua passividade com relação aos desmandos e abusos antidemocráticos impetrados pelo governo vizinho, sendo constantemente acusada de ser conivente com o governo populista e de viés comunista da Venezuela. (BARBOSA, 2016).

Em maio de 2016, Michel Temer assumiu a chefia do Palácio do Planalto interinamente, quando do afastamento de Dilma Rousseff. O vice-presidente foi empossado como presidente em agosto, quando o processo aberto contra Rousseff teve desfecho, após a segunda votação no Senado. No entanto, cabe considerar que

já em maio daquele ano, o novo ocupante do cargo presidencial alterou políticas importantes do país, dentre as quais a Política Externa Brasileira (PEB). De certa forma, as primeiras iniciativas prepararam o terreno para o que seria uma das tônicas do Brasil em sua política regional: o isolamento diplomático da Venezuela. Em junho de 2016, o MRE lançou nota sobre a situação do conflito entre o governo de Nicolás Maduro e a oposição, apontando para o agravamento da situação humanitária e de direitos humanos no país. Tais fatos somados à postura brasileira no afastamento da Venezuela do MERCOSUL, em 2017, marcaram o aprofundamento do distanciamento nas relações do governo de Michel Temer com o governo de Nicolás Maduro. (RODRIGUEZ e GONZALEZ, 2017).

Por fim, o estudo das relações entre o Brasil e a Venezuela levam às seguintes conclusões: inicialmente os países tiveram prioridades distintas, a Venezuela priorizando as relações com os EUA e o Brasil as relações com seus vizinhos do Sul; durante as crises econômicas das décadas de 1970 e 1980, advindas principalmente das crises do petróleo, houve uma maior aproximação dos países de forma a reduzir os impactos dessas crises; durante os governos de esquerda na Venezuela e no Brasil aumentou-se essa aproximação, principalmente pelas semelhanças ideológicas; e atualmente ocorre um distanciamento nas relações, devido à mudanças na PEB. Tais situações, comprovam que as relações entre esses países acontecem baseadas em ações de governos e não de Estado, demonstrada pelas idas e vindas nas relações e pela falta de ações integradoras de forma contínua e permanente.

3.2 A INTEGRAÇÃO ENTRE BRASIL E VENEZUELA NA REGIÃO DE FRONTEIRA

O Tratado de Limites e Navegação (1859) entre Brasil e Venezuela foi o passo inicial para a demarcação da fronteira comum de 2.199 quilômetros entre esses países. Essa delimitação, iniciada em 1879, ainda não se concluiu, embora as comissões mistas terem cravado nada menos do que 2.061 marcos até o ano 2000. Apesar de ser muito menos intensa a presença humana na zona de fronteira Venezuela-Brasil, relativamente à zona Venezuela-Colômbia, cuja extensão é praticamente idêntica, requer-se de ambos os Estados uma coordenação de ações

para fazer face aos problemas da mineração ilegal, do povoamento e do desenvolvimento dessa região limítrofe. (CERVO, 2003).

Brasil e Venezuela, depois de assinarem o Tratado de 1859, dedicaram-se quase que exclusivamente por setenta anos ao exercício de ações diplomáticas de negociações em torno da demarcação dos limites que foram acordados em 1929. A rigor, por mais de um século, as relações entre os dois Estados nacionais se reduziram a aspectos burocráticos da diplomacia, como o Acordo Administrativo para a Troca de Correspondência Diplomática em Malas Especiais (1919), o Convênio Relativo à Manutenção da Ordem Interna (1926) e a criação de Comissão Mista de Comércio (1960). Depois, a Venezuela rompeu relações diplomáticas com o Brasil, em 1966, se posicionando contra o governo militar brasileiro de 1964, restabelecidas dois anos depois. (CERVO, 2003).

Em 1973, o presidente Garrastazu Médici lançou em Roraima o início da construção da rodovia BR-174, no marco BV-8, no atual município de Pacaraima, fronteira com a Venezuela. Na oportunidade, um século e meio após a independência do Brasil, Médici foi recepcionado por Rafael Caldera, na cidadezinha venezuelana de Santa Elena de Uairén, local que presenciou o primeiro encontro da história de presidentes dos dois países. Na oportunidade firmaram o importante Convênio de Cooperação Técnica e declararam o compromisso com a interligação por rodovias entre Brasília e Caracas, projetos e iniciativas. Dessa forma, a rodovia BR-174 constitui-se na mais importante via de integração da região, permitindo o acesso de roraimenses e amazonenses ao território venezuelano. (BRASIL, 1997).

A integração da região fronteira entre Brasil e Venezuela ocorre, principalmente, motivada por ações no âmbito dos Estados adjacentes dos países, entre o Governo de Roraima, do lado brasileiro e pelo governo do Estado de Bolívar, do lado venezuelano. Neste sentido, em abril de 2006 ocorreu o I Encontro de Governadores, que foi realizado em Boa Vista, capital de Roraima. Nesse encontro foram estabelecidas diretrizes e metas que seriam implementadas pelos governos dos dois estados fronteiriços, no sentido de “fortalecer seus vínculos de amizade, cooperação e integração”. Desse encontro, originou-se o “Protocolo de Intenções” entre os dois Estados. As partes mais relevantes deste texto estão citadas a seguir:

Considerando a amizade e identificação humana que se tem cultivado através do tempo em diferentes áreas, entre seus povos e diferentes Instituições Públicas e Privadas, seja em atos de promoção das potencialidades dos Estados fronteiriços (Roraima – Bolívar), seja no desenvolvimento e intercâmbio cultural, na prática de esportes, na transferência de conhecimento, no desfrute, através do turismo, das belezas naturais de ambas as regiões (...), acordam fortalecer e ampliar os vínculos de irmandade entre o Estado de Roraima, da República Federativa do Brasil e o Estado Bolívar, da República Bolivariana de Venezuela, com mecanismos de comunicação permanentes que permitam ao longo do tempo alcançar os resultados almejados, seja na complementação de atividades econômicas, através da produção e comercialização de produtos com base nas vantagens comparativas de cada Estado, no crescimento do intercâmbio de atividades culturais, esportivas, comunitárias, sociais, na troca de experiências exitosas no âmbito da administração pública, bem como participar com destaque e ter poder de influência na formulação das políticas para o MERCOSUL que afetam essas regiões. (BRASIL e VENEZUELA, 2006).

Em 1989, detectou-se pela primeira vez a presença de garimpeiros brasileiros em território venezuelano. O prejuízo causado pelo desmatamento e a ação de traficantes que utilizam aeroportos clandestinos, entre outros complicadores fronteiriços, ensejaram, na década de 1990, a criação de grupos técnicos de cooperação, de uma Comissão Científica Conjunta, de um Mecanismo Político de Consulta e de um Grupo de Trabalho sobre Mineração Ilegal. Desse modo, o envolvimento de órgãos governamentais de ambos os lados na busca por soluções conjuntas, leva à conclusão que esses problemas de fronteira, contribuíram para adensar as relações bilaterais em seu conjunto. (BATISTA, 2009).

Ainda no que tange à relação na área de fronteira, ambos os países formularam uma política de povoamento da área fronteiriça. O programa venezuelano, denominado PRODESSUR (Programa de Desenvolvimento do Sul), refere-se aos estados Amazonas, Apure, Bolívar e Delta Amacuro. O correspondente brasileiro, o Calha Norte, que lhe é anterior, compreende os estados do Amazonas, Amapá, Pará e Roraima. Ambos os programas têm por escopo zelar pela respectiva soberania, melhorar a qualidade de vida das populações locais, assegurar boas condições para

as populações indígenas, desenvolver suas potencialidades econômicas e proteger os recursos naturais. Entretanto, ambos receberam muitas críticas em razão da forte presença militar e do presumível descuido com o meio ambiente. Tendo em vista a repercussão nacional e internacional dos programas, resolveram os governos complementá-los com o Sistema de Proteção da Amazônica (SIPAM) e o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM). (NASCIMENTO, 2005).

A Interligação Elétrica Venezuela-Brasil é outra forma de integração da região fronteiriça. Essa interligação energética foi a alternativa escolhida pelo governo de Roraima para resolver o déficit energético do estado na década de 1990. O contrato específico foi celebrado no Brasil, em Boa Vista, capital de Roraima, na presença dos Presidentes Fernando Henrique Cardoso, do Brasil, e Rafael Caldera, da Venezuela. Tratava-se do “Contrato de Prestação de Serviço Elétrico” entre as partes: Corporación Venezolana de Guayana (CVG)/Eletrificación Del Caroni C.A (Edelca) e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A (Eletronorte), com a garantia da Centrais Elétricas Brasileiras S.A (Eletrobras), no dia 11 de abril de 1997. A Interligação foi inaugurada em agosto de 2001. (AGUIAR, 2011). Após a inauguração da linha de transmissão da energia elétrica de Guri, começou outra etapa na vida dos roraimenses. A tão esperada energia de Guri chegou ao Estado de Roraima. Entretanto, essa energia trouxe também alguns percalços para a população. A expectativa dos atores que participaram dessa decisão foi a de que o estado iria receber uma energia mais barata, mais limpa e mais confiável, o que atualmente não é uma realidade. (AGUIAR, 2013).

Durante o governo do presidente Lula, em razão da maior afinidade ideológica do petismo com o bolivarianismo, as relações bilaterais se aprofundaram politicamente. Em termos de resultados pragmáticos houve, em 2009, a ligação de Caracas, Estado de Bolívar (VE) e os Estados de Roraima (BR) e do Amazonas (BR) por cabos de fibra ótica, interconectando essas regiões com o mundo. (CARMO, 2012).

Em relação ao comércio na região de fronteira entre os dois países, é possível aferir que é bastante incipiente e não se complementam. Do lado brasileiro, os Estados da Amazônia brasileira comerciam muito pouco entre si e menos ainda com o Estado venezuelano, pois consomem essencialmente os produtos industrializados do Sul e do Sudeste do Brasil, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro. No que diz

respeito ao Estado venezuelano, assemelha-se aos demais estados do país, sendo bastante dependentes da importação de outros países e pouco dependendo de seus vizinhos fronteiriços. (SANTOS, 2012).

A geopolítica e a geoeconomia produziram novos territórios nas fronteiras venezuelana-brasileiras gestando cidades com populações superiores a 1,5 milhão de habitantes cada uma delas, como Manaus (BR) e Guayana (VE). Porém, as relações econômicas entre esses referidos territórios transfronteiriços são de acentuada impermeabilidade, pois permanecem economicamente isolados entre eles, dando continuidade à lógica colonial de se relacionarem diretamente com os seus centros nacionais e suas metrópoles e apenas de forma muito tênue ou residual com os vizinhos sul-americanos. (SANTOS, 2012).

Por fim, observa-se que a integração na região de fronteira ocorre principalmente por ações dos governos estaduais locais; por intermédio do eixo rodoviário Amazonas-Roraima-Bolívar, BR-174 – Carretera Santa Elena Uairén-Caracas; e por meio da interligação energética entre esses estados. Tal integração, atualmente, passa por percalços advindos, principalmente do transbordamento da crise venezuelana que influi diretamente sobre as áreas adjacentes ao Estado Venezuelano, como as regiões de Roraima e parte do Estado do Amazonas, obrigando os governos locais e até mesmo federal a tomar ações de forma a mitigar esses reflexos para a região.

4. A ATUAL CRISE DO ESTADO VENEZUELANO (2013-2018)

Como vimos no Capítulo 2 o conceito de Estado falido é bastante amplo e apresenta diversas características. Todavia esse conceito já aplicado a países como Haiti, Somália e Síria, recentemente se lança sombriamente sobre o território venezuelano, o qual a cada dia evidencia um quadro mais próximo de um Estado falido, conforme afirmou o vice-presidente dos Estados Unidos da América, Mike Pence, em sua visita à Colômbia em 2017:

“El vicepresidente de Estados Unidos, Mike Pence, aseguró este lunes en Cartagena de Indias que Venezuela es un "estado fallido" que supone una

amenaza a la seguridad y la prosperidad de todo el hemisferio".⁵ "Un estado fallido (como) lo que hay en Venezuela amenaza la seguridad y la prosperidad de todo el hemisferio", dijo Pence a periodistas tras reunirse con venezolanos que han abandonado su país debido a la crisis y han llegado a Colombia"⁶. (EL PAÍS, 2017).

A palavra crise, para os propósitos deste trabalho, traduz um conflito desencadeado ou agravado imediatamente após a ruptura do equilíbrio existente entre duas ou mais partes envolvidas em um contencioso. Caracteriza-se por um estado de grandes tensões, com elevada probabilidade de agravamento (escalada) e risco de guerra. A crise é um conflito posicionado entre a paz e a guerra. Essa é a atual situação por qual perpassa a Venezuela. (BRASIL, 2007).

Conforme alude Vaz (2016), a prolongada crise que a Venezuela atravessa envolve fundamentalmente a interação de três fatores constitutivos básicos:

Em primeiro lugar, o comprometimento da condição de governabilidade em um contexto em que se fazem presentes a acentuada erosão da legitimidade do regime liderado por Nicolas Maduro, o recurso a medidas de exceção e o crescente isolamento internacional; em segundo lugar, a crescente deterioração da condição econômica, com fortes desequilíbrios macroeconômicos, no setor externo e forte desestruturação no plano microeconômico; e, em terceiro, o aprofundamento e a generalização da crise social que tem como expressão mais evidente os elevados indicadores de criminalidade e violência. (VAZ, 2016, p. 1).

O modelo bolivariano vem sofrendo desgaste desde os últimos anos do governo de Hugo Chávez (2010-2013), porém foi após a sua morte e a ascensão de seu vice-presidente Nicolás Maduro, que a crise se agravou ainda mais. Nesse sentido, esse trabalho irá ater-se ao período de agravamento da crise venezuelana durante o

⁵ "O vice-presidente dos Estados Unidos, Mike Pence, afirmou esta segunda-feira em Cartagena das Índias que a Venezuela é um "estado falido" que é uma ameaça a segurança e a prosperidade de todo o hemisfério". (EL PAÍS, 2017, tradução nossa).

⁶ Um estado falido como o que se tem na Venezuela ameaça a segurança e a prosperidade de todo o hemisfério, disse Pence a jornalistas reunidos com venezuelanos que haviam abandonado seu país devido à crise e estavam na Colômbia. (EL PAÍS, 2017, tradução nossa).

governo de Maduro (2013-2018). A seguir, a crise venezuelana será apresentada dentro das expressões política, econômica e social.

4.1 PANORAMA POLÍTICO

Em maio de 2013, 40 dias após o falecimento de Hugo Chávez, o então presidente interino Nicolás Maduro, "herdeiro político" do chavismo, foi eleito presidente da Venezuela. Essas eleições foram bastante acirradas, tendo Maduro recebido 50,66% dos votos válidos, o que fez seu rival, o opositor Henrique Capriles, não reconhecer a vitória do chavista e pedir uma recagem total dos votos. Assim, observa-se que desde esse período a população venezuelana encontrava-se dividida, pairava dúvidas sobre a lisura do processo eleitoral, e as dificuldades que teria Maduro para governar, sendo ele menos carismático que o "Comandante", precisando manter a unidade do chavismo e tendo que encontrar um estilo próprio de governar, após 14 anos do governo personalista de Chávez. (G1, 2013).

No início de 2014, a situação na Venezuela tem um novo capítulo. Semanas depois da derrota nas urnas, nas eleições municipais de dezembro de 2013, uma parte da oposição, liderada por Leopoldo López, Antonio Ledezma e Maria Corina Machado, saiu às ruas. Os protestos se tornaram violentos e mais de 40 pessoas morreram. O governo ordenou a prisão de López por insuflar as manifestações populares, as quais refletiam a grande insatisfação com os rumos econômicos e políticos adotados pelo governo de Maduro. A dura repressão sobre as manifestações populares ecoou regionalmente, o que fez com que o governo do Panamá pedisse à OEA uma reunião emergencial para tratar do assunto, ensejando no rompimento das relações entre Venezuela e Panamá e cobranças de países contrários ao chavismo, como os EUA. (G1, 2014).

Após os protestos, outras lideranças contrárias ao governo Maduro sofreram represálias. O opositor Ledezma teve sua prisão decretada, e Maria Corina seu mandato cassado. Diante dessa situação, Unasul e o Vaticano tentaram intermediar um diálogo entre o chavismo e a coalizão opositora, Mesa da Unidade Democrática (MUD), porém não obtiveram sucesso. Assim, cada vez mais a crise política agrava-

se no país, refletindo diretamente na situação socioeconômica do país. (ESTADÃO, 2017).

Nas proximidades das eleições para a Assembleia Nacional da Venezuela, em dezembro de 2015, pesquisas apontavam que apenas 25% da população aprovava o desempenho do presidente Nicolás Maduro. Temendo derrotas nas eleições legislativas, o governo apoiado pelo Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV) usou o poder para afastar candidatos da oposição com boas chances de vitória. Exemplo disso foi o veto à candidatura parlamentar de Carlos Vecchio, líder do partido Vontade Popular, candidato da oposição pelo estado de Monagas. O governo, ainda, proibiu opositores de ocuparem cargos públicos, dentre eles o ex-governador de Táchira, César Pérez Vivas, que se tornou impedido de ocupar cargo público por sete anos. Ciente de possível derrota, o presidente Nicolás Maduro convocou sua militância para “defender a revolução” e “garantir o resultado” nas ruas, acusando a oposição de planejar não reconhecer os números em caso de vitória chavista. Apesar do esforço antidemocrático chavista, a oposição teve sua primeira vitória nas urnas, o que não ocorria há 16 anos, conquistando a maioria qualificada no Parlamento. (EFE, 2015).

Durante o processo eleitoral, organizações internacionais como OEA, União Europeia, ONU, além de governos individualmente, pediram aos líderes venezuelanos respeito ao processo democrático e garantia de lisura na votação e na apuração dos votos. No entanto, a observação oficial da votação foi vetada pelo chavismo. Maduro e o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) aceitaram apenas uma missão de “acompanhamento” das eleições, a da UNASUL. Tal atitude causou grande desconfiança do processo eleitoral implementado por Maduro, ocasionando insatisfação regional e promovendo um gradual afastamento desses países para com o problema venezuelano. (ESTADÃO, 2015).

Derrotado nas urnas, o governo chavista acelerou a aprovação de leis, orçamentos adicionais para ministérios e nomeações de funcionários, antes do início da nova legislatura. Ainda sob controle do chavismo na Assembleia Nacional, o governo realizou a troca de juízes do Tribunal Supremo de Justiça (TSJ), mantendo-o composto por aliados do governo. Após a posse dos novos deputados, os novos juízes apoiadores do chavismo tomaram uma drástica ação, anularam todas as leis

aprovadas pela oposição, demonstrando cada vez mais o autoritarismo de seu governo. (REUTERS, 2015).

Enfraquecido na Assembleia Nacional, Maduro começou a usar a Suprema Corte e a Justiça Eleitoral do país para garantir hegemonia política, diminuindo os poderes do Parlamento. No fim de 2016, a coalizão oposicionista, que controlava o Legislativo venezuelano, suspendeu o diálogo com o governo, que não teria cumprido acordos envolvendo o cronograma eleitoral e a libertação de opositores. A oposição pressionou o governo por um referendo revogatório contra Maduro, processo que acabou descartado pelo Executivo. Os opositores, então, pediram a antecipação das eleições presidenciais, marcadas para 2018, o que também foi rejeitado. Assim, ficou nítida a falta de diálogo entre oposição e governo, comprometendo o regime democrático no país. (GAUCHAZH, 2018).

Em dezembro de 2016, os países fundadores do Mercosul, Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai suspenderam oficialmente a Venezuela. O motivo da suspensão foi o não cumprimento de obrigações importantes previstas pelo bloco comercial sul-americano, de caráter político, econômico e de direitos humanos, demonstrando a insatisfação desses países com as ações realizadas pelo governo Maduro, isolando ainda mais a Venezuela em sua crise interna. (BRASIL, 2017).

Em março de 2017, o Tribunal Supremo de Justiça (TSJ) da Venezuela assumiu as funções e competências que caberiam à Assembleia Nacional. Tal decisão representou mais um passo rumo ao modelo autoritário. Os Congressistas, de ampla maioria opositora, consideraram a manobra um desacato. Descontentes foram às ruas para pedir a destituição dos juízes, a autonomia do Parlamento e eleições gerais, o que ocasionou novas ondas de manifestações. Após forte pressão internacional, o TSJ voltou atrás e revogou a decisão em abril do mesmo ano. (ESTADÃO, 2017).

Apesar do recuo, a ação do Supremo foi o estopim para o agravamento da crise, na qual protestos em todo o país se tornaram diários. Sendo eles marcados por confrontos entre manifestantes e forças de segurança, prisões de opositores e cenário de guerra, deixando cerca de 125 pessoas mortas. Desse modo, a crise política no país ficou ainda mais inflamada. (EFE, 2017).

Nesse mesmo período, a Venezuela confirmou a abertura de um procedimento para sancionar a emissora americana de notícias CNN, interrompendo suas

transmissões em todo o país. Caracas acusou o canal de realizar uma "operação midiática imperialista" contra a Venezuela, ao transmitir matéria sobre a suposta venda de passaportes venezuelanos a pessoas vinculadas ao terrorismo e ao narcotráfico, ratificando a intolerância e o cerceamento do direito à informação promovido por Maduro, o que caracteriza mais uma vez a implantação de um regime autoritário. (OSPINA, 2017).

Em 30 de julho de 2017, os venezuelanos foram às urnas mais uma vez para definir os integrantes da Assembleia Constituinte, após o presidente Nicolás Maduro ativar o artigo 347 da Constituição Venezuelana, a fim de que essa propusesse mudanças na Carta Magna do país. Esse dia foi marcado por atos violentos que culminaram com 10 pessoas mortas. A oposição e vários governos rejeitaram o resultado do pleito, considerando a votação "fraudulenta". Um maior número de eleitores votou de acordo com o Conselho Nacional Eleitoral (CNE), elegendo maioria chavista. Para os opositores, Maduro usaria a nova constituinte para garantir sua supremacia no poder. (GAUCHAZH, 2018).

Em agosto do mesmo ano, a Assembleia Nacional Constituinte (ANC) da Venezuela, formada por aliados do presidente Nicolás Maduro, decidiu, por unanimidade, assumir as competências do Parlamento, controlado pela oposição. Com a manobra, o cenário político no país ficou mais tenso. Os opositores consideraram a decisão ilegítima e sendo ela um instrumento do governo de Maduro para consolidar uma ditadura no país. (EFE, 2017).

Neste mesmo mês, os chanceleres de Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai decidiram impor uma nova suspensão da Venezuela do Mercosul, desta vez por ruptura da ordem democrática. A suspensão se baseou no Protocolo de Ushuaia, na cláusula democrática do bloco que prevê sanções em caso de ruptura institucional. A decisão teve por base a nova e controversa Assembleia Constituinte, instalada por Maduro. (SAMPAIO, 2017).

Ainda em agosto de 2017, a Assembleia Constituinte da Venezuela aprovou a cassação da procuradora-geral Luisa Ortega Díaz. A jurista, que era simpatizante do chavismo, converteu-se nas últimas semanas em uma das principais críticas do presidente Nicolás Maduro. Pouco antes, ela havia denunciado que a sede do

Ministério Público estava cercada por militares. Ela afirmou que um golpe está em andamento na Venezuela. (EFE, 2017).

Nos últimos meses de 2017, surge um novo ator na crise política venezuelana. Até então pouco se ouvia falar de militares insatisfeitos com o governo Maduro. Tal descontentamento ficou evidenciado com o levante contra o governo Maduro promovido pelo grupo de militares do Forte Paramacay, no Estado de Carabobo. Porém o grupo militar acabou rendido por outros membros das Forças Armadas. Ao menos dois rebeldes morreram e dez pessoas foram detidas. A base militar que chegou a ser tomada pelos insurgentes, na cidade de Valência, tem o principal conjunto de blindados do Exército, o que revela o enfraquecimento do apoio das Forças Armadas para com o governo de Maduro. (GAUCHAZH, 2018).

Para o primeiro semestre de 2018, está prevista mais uma eleição presidencial na Venezuela, agendada inicialmente para abril e postergada para maio. O presidente Maduro apresenta-se a um segundo mandato para permanecer no poder até 2025, e tem como opositores Henri Falcón, um dissidente do 'chavismo', e quatro outros candidatos. Entretanto resta saber se essa eleição se configura como uma solução para a crise, pois outras tantas já houveram e não foram suficientes para abrandar a crise. (DN, 2018).

Conclui-se parcialmente, que o Panorama Político da Venezuela se apresenta politicamente dividido. De um lado, estão os que defendem as políticas socialistas do ex-presidente Hugo Chávez. Do outro, os opositores, que esperam há 18 anos o fim do poder de um mesmo partido. A falta de carisma de Maduro, herdeiro político de Hugo Chávez, é mais um importante fator político gerador das incertezas venezuelanas. Essa instabilidade política gera elevado grau de desconfiança em um "ambiente profundamente ideológico", aflorando protestos de rua acerca de questões políticas de uma democracia considerada por alguns como questionável. Fatores internacionais também influenciam essa crise. A pressão vinda do capitalismo, por meio dos Estados Unidos e de países de ideologia contrária ao chavismo acirram os ânimos políticos. Países vizinhos e Organismos Internacionais desconfiam das reais intenções do governo Maduro e criticam a forma de como o seu governo tem tratado os opositoristas e a imprensa, o que tem provocado o isolamento da Venezuela no cenário regional e internacional, fator esse prejudicial em épocas de crise. Assim, após

uma breve análise da conjuntura política venezuelana, pode-se dizer que, hoje, o país caminha a passos largos para a concretização de um Estado Falido.

4.2 EXPRESSÃO ECONÔMICA

No que tange à dimensão econômica, a situação da Venezuela se agrava a cada dia, principalmente por não encontrar apoio na esfera política e por ser excessiva dependente da economia pautada no petróleo.

Desde 2013, os venezuelanos têm enfrentado uma crise de escassez e inflação provocada pela falta de dólares causada por uma queda na produção petroleira e pelo aumento dos gastos do governo. Em poucos meses, o país, que tem na venda do petróleo 96% de sua receita de moeda forte, viu seu fluxo de caixa esvaziar ainda mais. Medidas para conter a fuga de capital foram adotadas pelo governo, controlando a entrada e saída de dólares no país, o que dificulta o comércio e a aquisição de bens de consumo no estrangeiro. (RAATZ, 2014).

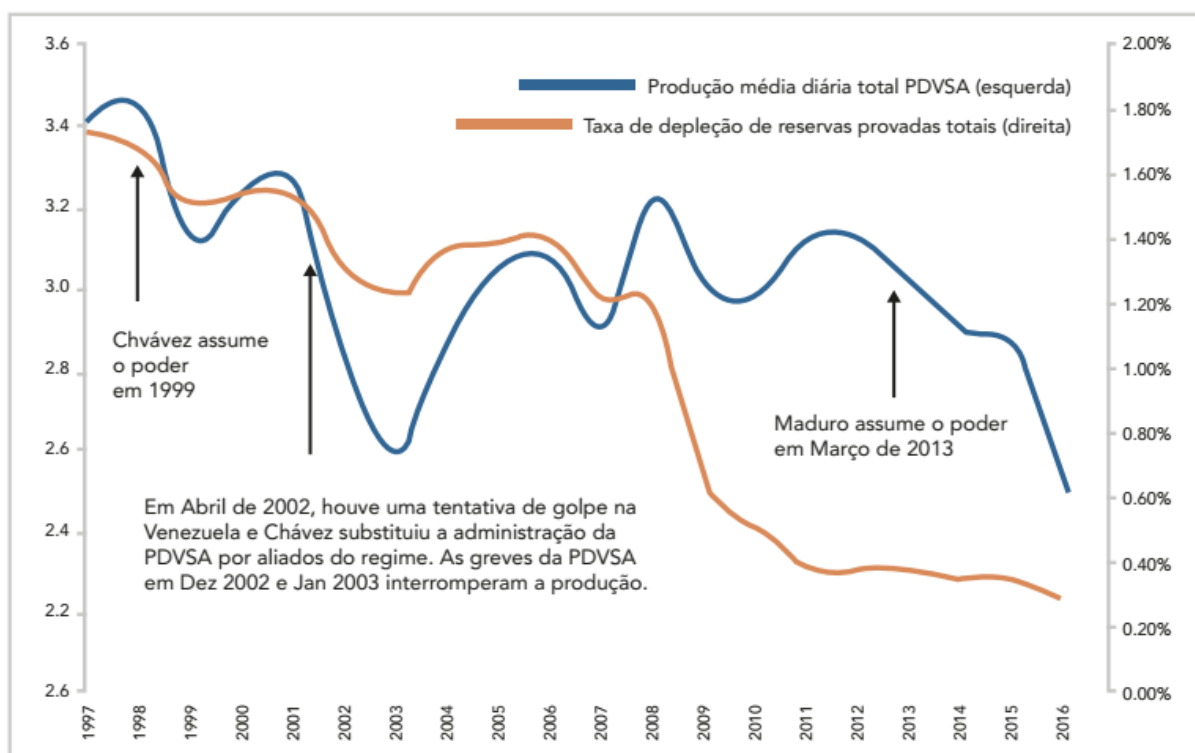
Mesmo durante o governo de Hugo Chávez, a economia venezuelana já sofria com a dependência da cotação do petróleo. Entretanto, a partir da ascensão de Maduro, o preço dessa commodity teve grande desvalorização. A queda no preço mundial do petróleo tornou-se uma ameaça para a combalida economia venezuelana. A cesta da commodity produzida no país, que em janeiro de 2014, estava cotada a US\$ 95,07, era vendida no final do mesmo ano a US\$ 72,80, uma queda de 23,42%. Estima-se que para fechar as contas públicas no azul, o governo do presidente Nicolás Maduro precisaria do barril a US\$ 121, quase o dobro do valor atual. (RAATZ, 2014).

Segundo Raatz (2014), a desvalorização tem duas razões principais. A primeira é o aumento da oferta de energia no mercado mundial, provocado principalmente pela exploração do gás de xisto pelo método do *fracking*⁷ nos EUA. A segunda é uma redução da demanda, com uma desaceleração econômica na União Europeia e na China, grandes mercados para o petróleo venezuelano.

⁷ Fraturamento hidráulico, método que possibilita a extração de combustíveis líquidos e gasosos do subsolo. Também é denominado fratura hidráulica, estimulação hidráulica.

Em uma ação paralela, para diminuir a concorrência americana, os países do Golfo, liderados pela Arábia Saudita, decidiram aumentar a produção e baixar o preço do barril da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), em uma tentativa de tornar o gás natural americano menos rentável e, portanto, inviável economicamente. Assim, essas condições criaram uma tempestade perfeita para a queda no preço do petróleo, agravando a situação econômica venezuelana que não dispunha de economia estável e nem de ricos fundos soberanos como os países do Golfo, que fizeram uso dessas receitas para fechar suas contas e aguentar uma queda prolongada no preço do petróleo. (RAATZ, 2014).

Figura 1: Trajetória de produção da PDVSA



Fonte: Forbes 2017.

Além da queda no preço do petróleo, o governo venezuelano promoveu outras ações que ocasionaram forte redução da produção da estatal petrolífera, como pode-se observar na Figura 1. A demissão em massa dos funcionários da PDVSA e a saída das grandes petroleiras podem ser consideradas causas primárias do declínio da produção, pois reduziram a expertise necessária para a exploração do óleo pesado predominante no país. Do mesmo modo, constata-se que o governo não soube

aproveitar as receitas do capital para dar continuidade ao desenvolvimento da indústria de petróleo. Por um lado, devido à falta de experiência dos funcionários aliados do governo na PDVSA e, por outro, à má utilização das receitas, no qual grande parte foi investida em programas sociais e pouco foi reinvestido na indústria capital-intensiva, que, aos poucos, foi perdendo sua capacidade de continuar produzindo de maneira competitiva, reduzindo ainda mais o ganho venezuelano com o petróleo. (DELGADO, STIER, *et al.*, 2017)

A economia na Venezuela é pouco diversificada e dependente. A base dessa, aproximadamente 96% da renda, está no petróleo, produto abundante no país, mas de valor que sofre oscilações. A agricultura e a indústria se desenvolveram de modo insuficiente. Itens de necessidade não são produzidos no país, dependendo da importação de países próximos, entre eles, o Brasil. Com a queda do preço do barril, o país perdeu a capacidade de importar e não pôde manter os investimentos sociais, um dos pontos mais positivos do governo de Chávez, agravando a situação socioeconômica do país. (FRANCO, 2016).

O controle dos preços, uma medida tomada por Hugo Chávez para evitar inflação, desestimulou investimentos de iniciativa privada dentro do país. Em alguns casos, a venda era desvantajosa para empresas privadas devido aos impostos, o que ajudou a fazer com que os produtos sumissem das prateleiras. A dependência do Estado na economia prejudica o país, quando esse não consegue, sozinho, suprir as demandas da população. (VASCONCELOS, 2018).

O controle do câmbio foi outra medida de combate à inflação do governo de Chávez que em tempos de crise se mostrou ineficiente. Adotado desde 2003, o controle do câmbio teve como o objetivo inicial impedir a fuga de dólares do país, dando margem para uma corrupção interna por parte de membros do governo. O desvio ilegal dólares provocou escassez da moeda estrangeira dentro do país, o que agravou o problema de abastecimento interno, pois dificultou a importação de produtos de necessidade básica. (VASCONCELOS, 2018).

A estatização de setores da economia corroborou para o aumento da crise econômica do país. Importantes empresas internacionais que operavam na Venezuela foram estatizadas, como a siderúrgica Sidor, na cidade venezuelana de Guayana, que

já foi um dos principais símbolos da indústria do país. Controlada pela argentina - Techint, a Sidor chegou a produzir 4 milhões de toneladas de aço por ano. Até que, em 2008, a empresa foi estatizada. Atualmente, a siderúrgica produz cerca de 1 milhão de toneladas por ano, apenas 25% do que produzia em seu auge. O governo já havia assumido o controle de parte do setor elétrico, bancos, empresas de telecomunicações e da cadeia do petróleo. Dessa forma, a estatização afastou grandes multinacionais e investimentos, ajudando a combalir ainda mais a economia do país. (BARROS, 2014).

Sem aço no mercado interno, montadoras como Toyota e General Motors paralisaram suas fábricas. Essas dificuldades somadas às criadas pelo governo para comprar dólares, tornou-se quase impossível importar matéria-prima. Quem não pôde suspender a produção à espera de tempos melhores fechou as portas. De um total de mais de 12.000 fábricas em operação em 1998, mais da metade restam funcionando, atualmente. Assim, a estatização foi a causadora de um dos principais problemas da Venezuela: o desabastecimento em setores fundamentais da economia. (BARROS, 2014).

Segundo Moleiro (2018), a Venezuela acumula quatro anos de uma recessão econômica que já traz consigo os elementos de uma autêntica depressão. Uma bancarrota comparável à vivida há pouco tempo pela Grécia, embora com outros componentes e vários acréscimos. As autoridades se negam a oferecer dados formais das contas do país, mas algumas empresas especializadas calculam que, em 2017, a derrocada alcançou níveis de economia de guerra, com uma contração do PIB de 14%. Nesses quatro anos de nefasta gestão econômica, o tamanho da economia venezuelana foi reduzido em 35%. Alguns observadores, como Asdrúbal Oliveros, da empresa Ecoanalítica, estimam o déficit fiscal em 17% do PIB e a inflação em 2.700% no ano de 2017. (OLIVEROS, 2017).

O refinanciamento da dívida e o aumento da massa monetária também são medidas adotadas recentemente, porém, vistas com ressalvas por analistas. A dívida estimada da Venezuela está em cerca de US\$ 150 bilhões. Em 13 de novembro de 2017, Maduro convocou seus credores para uma reunião em Caracas, a fim de dar início a uma renegociação da dívida externa. Tal atitude buscou reduzir a desconfiança

dos credores, porém não afasta os temores de moratória, dificultando ainda mais a atração de investimentos estrangeiros no país. (AFP, 2017).

Infere-se parcialmente que, no tocante à dimensão econômica, essa nutre e amplifica a crise política e social. A acentuada queda dos preços do petróleo no mercado internacional, em conjunto aos problemas de gestão e do escoamento de receitas para a manutenção dos programas sociais, comprometeu gravemente a capacidade de investimento na ampliação e na modernização das atividades ligadas ao petróleo e seus derivados, base da economia venezuelana. Alia-se a isso, a redução da exportação do petróleo e o encarecimento das importações, propiciada pela depreciação cambial e pelo rígido controle sobre o comércio de divisas, alimentando o déficit comercial observado desde 2013. Acrescenta-se, também, o grande desabastecimento interno, a alta taxa de inflação, elevada taxa de desemprego e a retração do PIB, os quais somados elevaram o desequilíbrio econômico da Venezuela, submergindo o país em uma grave crise econômica. Não há, portanto, perspectiva de melhora econômica no curto prazo que possa contribuir para distender o tensionado panorama político. (VAZ, 2016).

4.3 EXPRESSÃO SOCIAL

No que se refere à expressão social, essa é praticamente consequência do conturbado panorama político e de uma desastrosa gestão econômica. A crise por qual tem vivido a Venezuela provocou a polarização da sociedade, na qual parcela da população defende o governo de Maduro, desses muitos se beneficiam ou beneficiaram das ações populistas realizadas pelo chavismo, e a outra parcela da população constitui-se de insatisfeitos e críticos do governo venezuelano. Tal situação reflete-se em grande número de manifestações e numa cisão entre prós e contra o governo de Maduro, o que abala consideravelmente a coesão interna. (ZERO, 2017)

A dificuldade econômica por qual passa a Venezuela tem gerado uma grave crise sanitária. A falta de remédios e a escassez de produtos médicos têm aumentado os casos de doenças como malária, HIV, dengue, febre Chikungunya, microcefalia e até mesmo doenças que já estavam erradicadas, como o sarampo. A falta de medicamentos e de material médico cirúrgico, as más condições dos hospitais e a

insegurança, limitam, violam e vulneram o exercício da medicina na Venezuela, fazendo com que médicos, que hoje recebem baixíssimos salários, prefiram emigrar para outros países, de modo que possam exercer a profissão com mais dignidade. Nesse sentido, a escassez de profissionais de saúde e materiais médicos necessários ao atendimento de saúde da população têm provocado drásticas consequências para a população venezuelana, aumentando a mortalidade infantil, a qual, no ano de 2016, cresceu 30% e a materna 65%, e a degradação das condições fitossanitárias, que tem levado à saída de grandes contingentes do país em busca de melhores condições de vida. (AFP, 2017).

Os programas sociais, marca do Governo Chávez, hoje sofrem com a falta de recursos. A redução da receita advinda do petróleo forçou o governo a diminuir alguns programas sociais, como programa de moradia “Grande Missão Moradia Venezuela”, o que levou à perda de apoio entre os principais aliados. Os programas oficiais para suprir necessidades básicas como alimentação, saúde e habitação atendem apenas 28% da população, deixando um grande vácuo assistencial, obrigando parcela da população a buscar apoio em outros países. (BBC, 2017).

No que tange ao percentual de pessoas abaixo da linha de pobreza, esse aumentou na Venezuela. Crescimento de quase nove pontos de 2015 para 2016, atingindo 81,8% dos lares, segundo a Pesquisa sobre Condições de Vida na Venezuela (Encovi), feita por universidades e ONGs. O percentual de famílias em situação de pobreza saltou de 23,1% em 2015 para 30,26% em 2016, de acordo com a pesquisa. Enquanto isso, o índice de pobreza extrema passou de 49,9% para 51,51%. A mesma pesquisa aponta que 80% dos consultados disseram precisar de assistência social. Desse modo, a crise tem elevado sobremaneira a piora nas condições de vida da população venezuelana, causando grandes insatisfações, que tem se expressado na grande quantidade de manifestações e de pessoas que fugiram do país em busca de melhores condições de vida. (AFP, 2018).

A grave crise econômica tem gerado desabastecimento na Venezuela, provocando a falta de itens básicos e de alimentos. O abastecimento do país, que tem a economia baseada em uma vasta reserva de petróleo, é dependente de produtos importados. Em média 70% do que se consome vem de outras localidades. A falta de produção nacional associada a uma política econômica caótica faz surgir um mercado

especulativo com intenção política, causando desequilíbrios na sociedade e reduzindo o poder aquisitivo da população, atingindo em maiores proporções a população de baixa renda. Dessa forma, a falta de itens básicos nos supermercados e farmácias da Venezuela tem agravado a situação social no país, causando a deterioração da qualidade de vida e o aumento da pobreza extrema. (AFP, 2018).

O aumento da criminalidade é outra grave consequência do conturbado panorama político e da grave crise econômica. Tanto o aumento das manifestações violentas na Venezuela devido à cisão política no país, quanto a luta diária para conseguir comida e itens básicos têm levado ao aumento da violência. A ONG Observatório Venezuelano da Violência (OVV) estima mais de 26 mil homicídios em 2017, um índice de 89 assassinatos por 100 mil habitantes, o que coloca país entre os mais violentos do mundo. As principais causas do aumento da violência são a queda da qualidade de vida, a deterioração do Estado de Direito e a repressão por parte do Estado. Essa situação tem elevado a quantidade de crimes, obrigando muitos venezuelanos a deixarem seu próprio país, o que tem gerado grandes movimentos populacionais internos e externos para o país. (ESTADÃO, 2017).

A elevada taxa de desemprego, a precarização das condições de trabalho e a explosão da economia informal têm refletido na piora das condições sociais e na prestação de serviços públicos na Venezuela. Grande parcela da sociedade que possui emprego recebe salários baixos, que muitas vezes são corroídos pela alta inflação, reduzindo cada vez mais o poder aquisitivo da população, não permitindo que grande parte desta tenha acesso às condições mínimas para uma vida digna. (RODY, 2017).

A emigração maciça de venezuelanos para países vizinhos é uma grave consequência da severa situação política e econômica vivenciada pela Venezuela. O êxodo atinge todos as classes sociais. Os mais abastados buscam refúgio nos EUA e na Europa, a grande massa menos privilegiada financeiramente foge da cruel situação em que vivem em direção aos países vizinhos, principalmente Colômbia e Brasil. Essa grande saída de venezuelanos tem produzido efeitos internos e externos ao país. A fuga de intelectos e de grande massa de trabalhadores tem prejudicado escolas, universidades e empresas, que hoje têm grandes dificuldades de reposição de mão

de obra, acarretando na baixa qualidade dos serviços ofertados pelo Estado, o que influi diretamente na piora das condições de vida no país. (MARCO, 2017).

Conclui-se de forma parcial, que os reflexos negativos da crise econômica e da instabilidade política na Venezuela têm impactado severamente o campo social. A sociedade venezuelana encontra-se dividida, o que dificulta a coesão nacional e a solução do conflito. A crise econômica reduziu a capacidade de investimentos do governo e de dispêndio em programas sociais de moradia, atenção à saúde, educação, assistência social e outros que vinham contribuindo para arrefecer os efeitos da crise econômica e para manter apoio político, o qual está fortemente comprometido. A carência na prestação de serviços públicos, a elevada taxa de desemprego, a crescente precarização das condições de trabalho, a falta de itens básicos e o aumento da violência têm obrigado muitos venezuelanos a deixarem o país, causando prejuízos tanto para seu próprio Estado quanto para os países de destino. (VAZ, 2016).

Em síntese, é evidente que atual crise vivenciada pela Venezuela não será resolvida em um curto espaço de tempo e que o país cada vez mais equipara-se a um Estado Falido. A incapacidade do governo de contornar a grave crise econômica, as ações autoritárias contra a oposição e a imprensa, o aumento da violência e da pobreza, a falta de coesão interna e o grande fluxo de emigração são características marcantes de um Estado Falido, a beira do colapso. Os problemas venezuelanos já extrapolam suas fronteiras, transbordando para os países vizinhos, em especial para a Colômbia e o Brasil. A região fronteira desses países são as que mais têm sofrido com essa problemática oriunda do país vizinho, principalmente pela grande massa populacional que tem se deslocado para essas regiões. Como já mencionado no capítulo 2, a política e a legislação brasileira no tocante aos imigrantes é bastante benevolente e está consoante ao que rege os organismos internacionais, como o ACNUR que abarcam essa problemática. Entretanto, tais ações não são suficientes para reduzir os impactos advindos dessa migração desordenada, o que acarreta cada vez mais reflexos negativos para a região fronteira e até mesmo para os migrantes venezuelanos que chegam ao Brasil.

5. OS REFLEXOS DA CRISE VENEZUELANA PARA OS ESTADOS DE RORAIMA E AMAZONAS

A partir de 2014, o transbordamento da crise venezuelana para o Brasil ficou mais evidente. O aumento do fluxo de migrantes venezuelanos que adentraram a fronteira terrestre brasileira pela cidade de Pacaraima-RR com destino aos dois grandes centros econômicos da região, Boa Vista-RR e Manaus-AM, impactou severamente as estruturas socioeconômicas dessas localidades, gerando consequências de toda ordem, o que leva a uma situação de vulnerabilidade. A seguir, serão apresentados os reflexos da crise venezuelana para os Estados de Roraima e Amazonas, com enfoque nas expressões psicossocial e econômica.

5.1 NA EXPRESSÃO PSICOSSOCIAL

De acordo com estimativas da Prefeitura Municipal de Boa Vista, mais de 40 mil venezuelanos adentraram ao Estado de Roraima até 2018, número equivalente à mais de 10% da população do Estado, ocasionando uma crise inesperada e inigualável, na qual o governo se vê frente a grandes desafios, como o de acolher milhares de estrangeiros, oferecendo a eles serviços de educação e saúde pública, acomodação, alimentação, higiene ou até mesmo um emprego sem impactos significativos na vida dos roraimenses. (COSTA, BRANDÃO e OLIVEIRA, 2018).

Segundo Simões (2017), o perfil dos migrantes venezuelanos, em Roraima, é composto por maioria do sexo masculino, com 58,28% homens e 41,72% mulheres. Neste universo, o número de jovens e adultos é maioria, o que classifica essa migração como uma migração majoritariamente jovem e voltada ao trabalho e oportunidades. Tal situação demanda dos governos estaduais e federal maiores esforços para assistência no que tange à oferta de emprego, garantia de moradia, ensino e redução dos impactos na área de saúde, buscando mitigar os impactos socioeconômicos na região. (SIMÕES, 2017).

A maioria dos venezuelanos que chega ao Brasil solicita às autoridades brasileiras a situação de refúgio, uma permissão para permanecer no Brasil na condição de refugiado, o que significa que precisaram deixar o país de origem por motivos de

perseguição política ou crise humanitária. Ao mesmo tempo, procuram por trabalho temporário e pelo Sistema Único de Saúde (SUS), devido ao precário atendimento médico, quando existia, em seu país natal. O aumento do número de pedidos de refúgio sobrecarregando as estruturas governamentais é um reflexo negativo para as instituições públicas dos Estados de Roraima e Amazonas. (LUZ, 2017).

No final de 2017, os abrigos de Boa Vista não eram mais suficientes e imigrantes acampavam ou dormiam ao relento em praças e calçadas. Havia grande presença de venezuelanos nos semáforos locais com cartazes pedindo dinheiro e emprego, não raro, famílias inteiras. Frente a essa situação, o Governo Federal brasileiro, estabeleceu um Comitê Federal de Assistência Emergencial responsável pelas ações de assistência e acolhimento dos imigrantes em situação de vulnerabilidade. Dessa forma, o Decreto estabeleceu uma estrutura de governança, no âmbito do Governo Federal, das ações e iniciativas sobre o tema. (PEREIRA, 2018).

Outros dois normativos também foram marcos para a federalização das ações relativas ao fluxo migratório venezuelano: a Medida Provisória nº 820, de 15 de fevereiro de 2018, que estabeleceu medidas de assistência para acolhimento das pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente do fluxo migratório, reconhecendo tal situação como uma crise humanitária de caráter emergencial, e o Decreto nº 9.285, de 15 de fevereiro de 2018, que reconheceu a situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório para o Estado de Roraima. (CASA CIVIL, 2018).

Ainda em fevereiro do mesmo ano, o Comitê Federal indicou o General de Brigada Eduardo Pazuello como Coordenador Operacional no Estado (Resolução nº 1, de 21 de fevereiro de 2018), que elaborou um plano operacional para assistência emergencial aos imigrantes, com o objetivo de ordenar a fronteira brasileira com a Venezuela e ampliar e qualificar os abrigos para imigrantes. Iniciando-se a chamada Operação Acolhida. (CASA CIVIL, 2018).

A partir daí os abrigos para imigrantes do estado de Roraima passaram a ser geridos diretamente pelo Governo Federal e pelo ACNUR. Foram abertos cinco novos abrigos, além da qualificação dos quatro existentes, com oferta de alimentação, pequenas reformas para melhoria da infraestrutura, recolhimento de lixo, dentre outras ações. Atualmente, são cerca de 3.800 imigrantes abrigados. Está prevista a abertura

de mais três unidades de acolhimento, com a ampliação de 1500 vagas. (CASA CIVIL, 2018).

Ainda no que tange à Operação Acolhida, foi montado no município de Pacaraima uma estrutura de reordenamento da fronteira, que conta com Posto de Identificação e Recepção, Posto de Triagem e Posto de Saúde, que visa melhor acolher os refugiados provenientes da Venezuela, já na fronteira. (CASA CIVIL, 2018).

No tocante à saúde pública, a sobrecarga dos serviços de saúde impacta severamente as populações de Roraima e Amazonas. Segundo Chaves (2018), o número de atendimentos médicos a imigrantes em Roraima, no período de três anos, aumentou 1.880%, passando de 760 em 2015 para mais de 15 mil em 2017. Até mesmo venezuelanos que não pretendem migrar para o Brasil chegam a viajar 12 mil km para receber atendimento médico no Brasil, tendo em vista a precariedade desse serviço e a falta de medicamentos naquele país. Dessa forma, aumentam-se os custos para os cofres públicos desses Estados, bem como sobrecarrega o sistema, piorando o atendimento à população dessa região, que já não era dos melhores. (CHAVES, 2018).

Tabela 2 – Número de atendimentos a venezuelanos no sistema de saúde de Roraima.

Unidade de Saúde	2014	2015	2016	2017	Total Geral
Hospital Geral de Roraima (HGR)	324	536	2.066	289	3.215
Hospital Nossa Senhora Nazaré (HMI)	240	453	807	212	1.712
Hospital Vereador José Guedes Catão	0	0	2	0	2
Hospital Pedro Álvaro Rodrigues	0	0	5	2	7
Pronto Atendimento Cosme e Silva	0	0	517	317	834
Hospital Délio de Oliveira Tupinambá (Pacaraima)	0	1.856	3.534	202	5.592
Unidade Mista de Caracaráí	0	0	2	0	2

Fonte: Secretaria Estadual de Saúde, apud Evangelista (2017).

Ainda no que se refere à saúde pública, observa-se como reflexo o aumento de endemias, de doenças infectocontagiosas e o reaparecimento de doenças que já haviam sido erradicadas no Brasil, como o sarampo e a poliomielite. Dessa forma, as Secretarias de Saúde Estaduais, com apoio da FIOCRUZ e do Ministério da Saúde, tiveram que implementar ações de vacinações de modo a imunizar os imigrantes provenientes da Venezuela e ampliar a cobertura vacinal na população local, a fim de evitar o aumento de casos dessas doenças na região. (MARQUES, 2018).

No que tange à educação, segundo a Prefeitura Municipal de Boa Vista, o número de crianças venezuelanas matriculadas em escolas da rede municipal de ensino cresceu 1.064%, no período de 2015 a 2017. Tal aumento demanda maiores recursos para o fornecimento de alimentação escolar, material escolar e a contratação de professores para ensinar o idioma espanhol. (G1, 2017).

Apesar de menos visíveis que em Boa Vista, muitos venezuelanos moram, atualmente, nas ruas em Manaus. Depois de Boa Vista, a capital amazonense é a cidade que mais recebe venezuelanos no Brasil. Em Manaus, até o início de 2018, existiam três abrigos públicos para atender aos imigrantes, insuficientes frente ao grande fluxo de venezuelanos, o que os levam a ocuparem prédios abandonados ou pequenos espaços na cidade. Nesse sentido, o déficit de moradia se tornou um grande obstáculo para a administração pública, acarretando em maiores necessidades de ações a fim de prover melhores condições sociais a esses imigrantes. (MAISONNAVE e KELLY, 2018).

Dentre as dificuldades encontradas pelo migrante venezuelano, a adaptação ao idioma é um grande óbice à inserção destes no mercado de trabalho. Em busca de emprego, salário e habitação, muitos venezuelanos aceitam trabalho em fazendas da região ou em obras e por vezes são vítimas de condições análogas ao trabalho escravo, principalmente por desconhecer a legislação brasileira e por falta de melhores oportunidades de emprego. Da mesma forma, a falta de emprego e a baixa capacidade de absorção dessa mão de obra têm motivado a exploração sexual e o aumento da prostituição nas ruas da cidade de Boa Vista. Assim, essa situação obriga o Estado brasileiro a realizar ações de forma a impedir tal exploração e prover melhores condições de trabalho para esses imigrantes. (MAGALHÃES, 2018).

A xenofobia contra os imigrantes venezuelanos é um desafio a ser superado pelas autoridades brasileiras. Episódios de xenofobia, como o atentado ocorrido no início de 2018, contra um grupo de venezuelanos em um alojamento na periferia de Boa Vista e outras práticas xenófobas nas redes sociais têm revelado uma situação de intolerância e de acirramento nas relações entre venezuelanos e nativos, o que obriga ações mais incisivas por parte do poder público a fim distender tal situação e gerar melhores condições ao imigrante venezuelano. (O TEMPO, 2018).

Em agosto de 2018, a antipatia demonstrada por brasileiros contra os venezuelanos se acirrou. Após a família de um comerciante da cidade de Pacaraima relatar à Polícia Militar que ele foi assaltado e agredido por venezuelanos, a população da pequena cidade fronteiriça iniciou uma onda de manifestações contrárias à presença de venezuelanos, queimando e ameaçando mais de mil venezuelanos que se encontravam na cidade, expulsando-os de volta ao seu país. Essa demonstração exaltada de xenofobismo demonstra o elevado nível de insatisfação e ressentimentos entre brasileiros e venezuelanos na região de fronteira, demandando ao poder estatal medidas urgentes de forma a mitigar tal situação. (FÉLIX e COSTA, 2018).

O aumento da violência no Estado de Roraima é um reflexo do grande número de venezuelanos desocupados que adentraram ao Estado. De acordo com dados fornecidos pelo Setor de Estatística e Análise Criminal da Secretaria Estadual de Segurança do Estado de Roraima (SESP-RR), entre 2015 e 2016, houve aumento de 1.520% nos crimes cometidos por indivíduos de nacionalidade venezuelana em Roraima. Sendo que as maiores incidências foram de furto, com 700%; estupro, 400%; lesão corporal, 200%; tráfico de entorpecentes, 200%; roubo, 100%; ameaça, 70%; e tentativa de homicídio, 100%. Desse modo, observa-se o aumento da violência praticada por venezuelanos no Estado de Roraima, piorando as condições sociais no Estado e exigindo mais ações e maiores investimentos na área de segurança por parte do governo estadual. (MORAES, 2017).

Infere-se, de forma parcial, que o transbordamento da crise venezuelana mediante o aumento do fluxo migratório venezuelano para o Brasil tem afetado diretamente os Estados de Roraima e Amazonas, no que tange as suas estruturas sociais. A absorção de quase que a totalidade desses imigrantes por estes Estados tem assoberbado as estruturas de saúde, segurança, educação e justiça, as quais já não

estavam nas melhores condições. Assim, o aumento do fluxo de imigrantes reflete na redução da qualidade dos serviços sociais nesses Estados, tanto para a população local quanto para os imigrantes e ocasiona aumento de gastos públicos de forma a atender essa nova demanda, reduzindo os investimentos sociais nessas regiões.

5.2 NA EXPRESSÃO ECONÔMICA

O aumento dos gastos públicos é um dos principais reflexos econômicos do transbordamento da crise venezuelana para o Brasil, em especial para os Estados de Roraima e Amazonas. Segundo estimativas do governo do Estado de Roraima, o custo do aumento da imigração de nacionais venezuelanos já atingiu mais de 180 milhões de reais até maio de 2018. Tais gastos impactam sobremaneira a economia do Estado de Roraima, principalmente por ser o menor PIB da federação e possuir a menor população do país. Dessa forma, o Estado tem grande dificuldade em suportar esse incremento de demanda nos serviços públicos de saúde, educação e segurança, o que restringe o investimento em outras áreas, reduzindo sua capacidade de prover melhores condições à sua população. (RAMALHO, 2018).

Ainda no tocante aos gastos públicos, o Governo Federal brasileiro prevê um gasto inicial de 190 milhões de reais, em 2018, a fim de atender a Operação Acolhida, mencionada anteriormente. Tais gastos visam o financiamento do plano operacional e outras ações de assistência emergencial aos imigrantes, como a instalação de abrigos, postos de triagem e de saúde. Dessa maneira, o aumento de gastos públicos pelo Governo Federal, em um momento já crítico para as contas públicas brasileiras, dificulta a retomada de crescimento econômico do país. (CASA CIVIL, 2018).

Dependente da energia proveniente da Venezuela, o Estado de Roraima sofre com apagões elétricos. Segundo a Eletrobras em Roraima, os apagões são frequentes porque há interrupção do fornecimento de energia elétrica em um trecho de Las Claritas, no Estado de Bolívar(VE), onde há grande incidência de descargas atmosféricas e o problema se repete porque não há a devida manutenção na linha de transmissão, ocasionada pela crise econômica por qual passa a Venezuela. Desse modo, o Estado de Roraima, único não interligado ao sistema nacional, tem sofrido grandes prejuízos financeiros com a falta de energia. (COSTA, 2017).

O aumento de mão-de-obra disponível proporcionado pelo grande fluxo de imigrantes venezuelanos somado à baixa capacidade de absorção dessa força de trabalho tem gerado grande número de desempregados. Tal circunstância tem contribuído para o aumento do trabalho informal, desfavorecendo a arrecadação fiscal dos estados.

No que tange às exportações dessa região brasileira para a Venezuela, essa apresentou queda. De acordo com Mota (2017), as exportações do Amazonas caíram 6% no primeiro semestre de 2017 em comparação ao mesmo período do ano anterior, equivalendo a US\$ 283,9 milhões. A principal causa da queda de exportação é a crise econômica vivida pela Venezuela, que era um dos principais compradores do Brasil. Entre os produtos mais vendidos no primeiro semestre de 2017 para a Venezuela estão preparações para elaboração de bebidas, motocicletas, celulares, lâminas e aparelhos de barbear. Dessa maneira, a crise venezuelana provocou a queda nas exportações da Zona Franca de Manaus, dificultando a recuperação econômica regional. (MOTA, 2017).

Apesar dos números da exportação do Estado do Amazonas para a Venezuela serem desfavoráveis, observa-se um aumento da exportação de alimentos provenientes do Estado de Roraima para o país vizinho. Segundo a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento (Seplan) do Estado de Roraima, a venda de alimentos teve aumento de 213% no primeiro semestre de 2017, em comparação ao mesmo período do ano anterior. Neste comércio, destaca-se a venda de arroz, açúcar e madeira. Embora o aumento seja positivo para a economia regional, corre-se o risco de aumento no preço da cesta básica local, caso os produtores da região não possuam condições de ampliar seus estoques, produzindo aumento dos preços devido aumento da demanda venezuelana. (COSTA, 2017).

A saída da Venezuela do MERCOSUL restringe o mercado exterior do Brasil, principalmente para os produtos produzidos na Zona Franca de Manaus. Segundo Arraes Apud Ferreira (2017), apesar da participação venezuelana ser pouco efetiva no que tange ao comércio com os países do MERCOSUL, pois sua adesão ao bloco não tinha sido ainda concluída quando de sua suspensão em 2016, a sua saída do bloco prejudica ainda mais sua situação econômica interna e de seus vizinhos, com os quais mantêm relações econômicas mais próximas. Por meio do bloco econômico

possíveis acordos comerciais poderiam facilitar a circulação de bens dentro do bloco, acordos esses que foram suspensos. Tal situação dificulta ainda mais a possibilidade de recuperação da economia venezuelana, extremamente dependente do petróleo. Além disso, dentro das condições de competição da indústria brasileira, a América do Sul é uma área de preferência. Dessa forma, à medida que o bloco se amplia, melhor para a indústria brasileira, que é a mais sofisticada do continente. (FERREIRA, 2017).

Tabela 3 – Enquadramento profissional dos imigrantes venezuelanos

Profissão	Porcentagem	
Profissionais Liberais	X	1%
	Biólogo	18%
	Médico	
	Executivo	
	Publicitário	
	Programador	
	Jurista	
	Professor	
	Economista	
	Engenheiro	
Estudantes	X	18%
	Mecânico	63%
	Vendedor	
	Motorista	
	Cozinheiro	
	Barbeiro	

Fonte: Dados apresentados pela Prefeitura de Boa Vista em coletiva de imprensa e material impresso entregue aos Ministérios da Justiça e Integração Apud Evangelista (2017).

Conforme tabela supra, observa-se que a mão-de-obra venezuelana que resolveu migrar para o Brasil possui qualificação, porém grande parte dessa massa trabalhadora não é aproveitada em sua especialização. Esses trabalhadores por

vezes sujeitam-se a trabalhos análogos à escravidão e de baixa remuneração, o que reflete na falta de poder aquisitivo dessa população, pouco corroborando para o incremento econômico regional.

O setor agropecuário brasileiro também sofre com a crise venezuelana. Em 2014, os venezuelanos compraram cerca de US\$ 3 bilhões em produtos agropecuários brasileiros, já em 2015 o volume foi de US\$ 1,8 bilhões. Dentre os produtos importados pela Venezuela destacam-se o açúcar, carne bovina e aves. Em 2016, por exemplo, as importações de bovinos vivos caiu 75,7%, a de carne de frangos teve uma redução de 58% e a de suínos encolheu 14%. A desaceleração das compras da Venezuela faz com que o país deixe de encabeçar a lista dos principais países importadores do Brasil nesse setor e afeta diretamente a economia do Estado do Amazonas, um dos fornecedores do mercado venezuelano. (LANDIN, 2017).

O risco de calote venezuelano é um reflexo da crise vivida pelo país, que atinge as economias do Amazonas e Roraima. A Venezuela acumula dívida de quase US\$ 6 bilhões junto à empresas exportadoras brasileiras e parte desse débito já é considerado como calote e sem nenhuma perspectiva de vir a ser quitada. A falta de pagamento das mercadorias importadas está levando os exportadores brasileiros a evitarem negócios com a Venezuela e essa postura se reflete nos números das exportações para o país. Os efeitos desse receio já são visíveis no fluxo comercial que em 2016 recuou para o menor nível desde 2003: passou de mais de US\$ 6 bilhões (exportações + importações) registrado no auge das trocas entre os dois países, em 2012, para US\$ 1,691 bilhão no ano de 2016. No mesmo ano, as exportações brasileiras despencaram 57,28% e somaram US\$ 1,276 bilhão, já as vendas venezuelanas tiveram uma retração de 38,93% para US\$ 415 milhões. Dessa forma, muitos empresários brasileiros, dentre eles amazonenses e roraimenses, deixaram de exportar para a Venezuela por causa do risco de crédito e as empresas que continuam operando no país só o fazem mediante pagamento adiantado ou através de uma carta de crédito de um banco estrangeiro, o que encarece a operação. (COMEX, 2017).

Conclui-se de forma parcial, que a atual crise econômica e política por qual passa a Venezuela tem impactado sobremaneira a economia dos Estados de Roraima e do Amazonas. Os elevados gastos governamentais e dispêndios a fim de prover melhores condições de moradia, atenção à saúde, educação e assistência social a

essa grande massa de imigrantes; somado à redução na arrecadação; e à diminuição nas exportações para a Venezuela têm reduzido a capacidade estatal brasileira de investir em prol de sua própria população e têm corroborado para dificultar a recuperação econômica brasileira, além de aumentar a precarização das condições de trabalho e a explosão da economia informal na região.

6. CONCLUSÃO

A crise venezuelana, agravada após a assunção do governo Maduro, não dá sinais de que será solucionada no curto prazo e a falta de uma solução política para esse imbróglio mantém em suspense e tensão não somente o país vizinho, mas a toda região, incluindo o Brasil e em especial os Estados do Amazonas e Roraima, o que provoca, a cada dia mais, reflexos perversos à essa região, principalmente no que tange as expressões econômica e psicossocial do Poder Nacional.

Ao longo da primeira parte do trabalho, foram apresentadas as características de um estado falido e seus principais efeitos para as regiões adjacentes a esses Estados. A falência estatal fica evidenciada quando: da ineficiência estatal em promover a recuperação econômica; da corrosão das instituições democráticas, devido à falta de independência dos Poderes Legislativo e Judiciário; do exercício autoritário do poder pelo o executivo, amordaçando a sociedade civil por meio do controle sobre as forças de segurança, o que impossibilita os demais poderes de realizar suas funções; do aumento do número de crimes e da violência; da infraestrutura deteriorada ou insuficiente; dos altos níveis de corrupção; do sistema de saúde em colapso; dos níveis crescentes de mortalidade infantil e expectativa de vida em queda; das severas restrições às oportunidades de educação regular; dos níveis do PIB per capita decadentes; da inflação galopante; e da escassez no suprimento básico de alimentos. Tais situações são frequentemente encontradas em estados falidos. Todavia, uma das principais consequências de um estado falido é o grande número de pessoas que abandonam esses estados em busca de melhores condições, transbordando para a circunvizinhança, o que provoca reflexos de toda a ordem para outros estados.

Em um segundo momento, foram apresentadas as relações entre Brasil e Venezuela, a qual percebe-se que historicamente não foram intensas, ocorrendo essencialmente nas regiões fronteiriças entre os dois países. Durante as décadas de 1980 e 1990, houve tentativas de aproximação entre os governos federais de ambas as nações. Entretanto, foi no governo de Lula e Dilma, por meio de um alinhamento ideológico de esquerda no subcontinente, que ocorreu o auge da aproximação entre os governos brasileiro e venezuelano. Foi durante esse período de contato mais cerrado entre os países, que a Venezuela, com o apoio do governo brasileiro, adentrou ao MERCOSUL e permitiu que empresas brasileiras, capitaneadas pelo banco estatal brasileiro BNDES, passassem a realizar grandes obras de infraestruturas na Venezuela. Porém, após a ascensão de Michel Temer ao governo brasileiro, em 2016, ocorreu novo distanciamento, culminando com o voto brasileiro, pelo afastamento da Venezuela do MERCOSUL. Desse modo, observa-se que o atual afastamento entre Brasil e Venezuela pouco corrobora para distensão da crise venezuelana, acarretando ao Brasil, em especial aos Estados brasileiros fronteiriços, grandes reflexos nas esferas econômica e psicossocial.

No que tange ao panorama político da crise venezuelana, esse apresenta-se politicamente dividido, no qual parcela da população apoia as políticas socialistas impetradas pelo chavismo e do outro lado estão os opositores, que aguardam, há mais de 18 anos, o fim do poder de um mesmo partido. A falta de carisma e a pouca habilidade política de Maduro, herdeiro político de Hugo Chávez, corrobora para o aumento das incertezas políticas na Venezuela. O ambiente profundamente ideológico eleva a instabilidade política, aumentando o grau de desconfiança e aflorando manifestações populares por questões políticas em prol de uma democracia considerada por alguns como questionável. O isolamento internacional por qual passa o país, seja por motivo ideológico ou por desconfiança sobre as reais intenções de Maduro e pela forma de como o seu governo tem tratado os opositoristas e a imprensa, auxilia para o agravamento da crise no país. Dessa maneira, após a análise do panorama político venezuelano, acredita-se que o país se encontra longe de uma solução política rápida e a cada dia mais próximo de se tornar um estado falido.

No que se refere à expressão econômica da crise venezuelana, essa nutre e amplia a crise política e social. O país tem sua economia baseada no petróleo, a

acentuada queda do preço dessa commodity no mercado internacional, somado à má gestão dos recursos e à falta de receitas para a manutenção dos programas sociais, comprometeu de forma grave a capacidade de investimento estatal. Acrescido a isso, a redução da exportação do petróleo; o encarecimento das importações, propiciada pela depreciação cambial e pelo rígido controle sobre o comércio de divisas; o grande desabastecimento interno; a alta taxa de inflação; a elevada taxa de desemprego; a retração do PIB; e aos grandes índices de corrupção, desequilibraram a economia venezuelana, submergindo o país em uma severa crise econômica. Nesse sentido, não há, portanto, perspectiva de melhora econômica no curto prazo que possa contribuir para distender o tão já tensionado panorama político.

A instabilidade política aliada à grave crise econômica por qual passa a Venezuela têm impactado severamente sua esfera social. A divisão da sociedade venezuelana dificulta a coesão nacional e a solução do conflito. A crise econômica reduz a capacidade de investimentos do governo em programas sociais de moradia, atenção à saúde, educação, assistência social e outros que vinham contribuindo para arrefecer os efeitos da tensão econômica e para manter o apoio político, o qual está fortemente comprometido. A carência na prestação de serviços públicos, a elevada taxa de desemprego, a crescente precarização das condições de trabalho, a falta de itens básicos e o aumento da violência têm obrigado muitos venezuelanos a deixarem o país, causando prejuízos tanto para seu próprio Estado quanto para os países de destino.

É evidente que a atual crise vivenciada pela Venezuela não será resolvida rapidamente e que o país hoje considerado um Estado fraco encontra-se a beira da falência. A incapacidade governamental de contornar a grave crise econômica, as ações autoritárias contra a oposição e a imprensa, o aumento da violência e da pobreza, a falta de coesão interna e o grande fluxo de emigração são características marcantes de um Estado fraco, a beira do colapso. Os problemas venezuelanos já extrapolaram suas fronteiras, transbordando para os países vizinhos, em especial para a Colômbia e o Brasil. A região fronteira desses países são as que mais têm sofrido com essa problemática oriunda do país vizinho, principalmente pela grande massa populacional que tem se deslocado para essas regiões.

O aumento do fluxo migratório venezuelano para o Brasil é o que mais afeta os Estados de Roraima e Amazonas, no que tange as expressões social e econômica. O transbordamento da crise venezuelana reflete severamente nas estruturas sociais desses estados, principalmente pela absorção de quase que a totalidade desses imigrantes por estes Estados, o que tem sobrecarregado as estruturas de saúde, segurança, educação e justiça, as quais já não eram das melhores. Desse modo, o aumento de nacionais venezuelanos no Brasil reflete na diminuição da qualidade dos serviços sociais nesses Estados, reduzindo a qualidade de vida dos brasileiros e dos imigrantes, sem contar no aumento de gastos públicos de forma a atender essa nova demanda, reduzindo drasticamente os investimentos sociais nessas regiões.

Ainda, no que tange ao reflexo da crise venezuelana, na expressão social, para os Estados de Roraima e Amazonas, observa-se o aumento da criminalidade, de pessoas em situação de vulnerabilidade e da xenofobia contra os migrantes venezuelanos. Essa situação afeta a coesão regional e ocasiona ressentimentos entre migrantes e locais, o que provoca desequilíbrio social na região.

No que se refere aos reflexos da atual crise venezuelana, na expressão econômica, para os Estados de Roraima e Amazonas, esses estão diretamente ligados ao alto custo demandado para a absorção do elevado número de venezuelanos. Os gastos governamentais são exorbitantes, a fim de prover melhores condições de moradia, atenção à saúde, educação e assistência social a essa grande massa de imigrantes. Tal fato tem reduzido a capacidade estatal brasileira de investir em prol de sua própria população e têm corroborado para dificultar a recuperação econômica brasileira, além de aumentar a precarização das condições de trabalho e a explosão da economia informal na região.

A situação econômica do Estado de Roraima é crítica há algum tempo, principalmente após a demarcação de terras indígenas, como a Raposa Serra do Sol, o que reduziu as áreas agrícolas cultivadas, diminuindo a arrecadação estatal. Tal situação é agravada pelo aumento dos gastos governamentais exigidos para absorver o grande efetivo de nacionais venezuelanos que adentram ao Estado. Assim, o Estado que já não se encontrava em boas condições econômicas sofre com a nova demanda, passando por séria crise de recursos, o que força ao Estado solicitar ajuda financeira ao governo federal. Sendo esse um grave reflexo da crise do país vizinho.

Roraima e Amazonas são os dois estados brasileiros mais afetados pela crise venezuelana. De forma a mitigar os efeitos da crise venezuelana nesses Estados, o governo federal, por intermédio do Ministério da Defesa e da Casa Civil, implementou a operação Acolhida, que se destina a apoiar com pessoal, material e instalações a montagem de estruturas e a organização das atividades necessárias ao acolhimento de pessoas em situação de vulnerabilidade. Tal ação, ainda, tem por objetivo realizar a interiorização de nacionais venezuelanos, a qual já se iniciou e tem por finalidade reduzir os impactos da permanência desses estrangeiros na região próxima à fronteira. Entretanto, essa medida, ainda, não tem surtido o efeito desejado, pois a entrada de imigrantes continua maior que a saída para a interiorização.

É oportuno destacar que ao final dessa pesquisa a crise venezuelana encontra-se em decurso e sem expectativa de solução. Por essa razão, alguns dados aqui apresentados podem sofrer alterações, tendo em vista a constante evolução da crise e a pouca transparência do governo venezuelano. Contudo, o presente trabalho científico permitirá que outros pesquisadores o utilizem como subsídio para suas pesquisas.

Ao final, espera-se uma maior participação brasileira e regional na construção e condução de um processo para distender a crise venezuelana. Por vezes, a omissão e ou ações simplesmente humanitárias não serão suficientes para reduzir os reflexos para regiões fronteiriças, cabendo por vezes, ações mais pragmáticas em busca de uma solução para a atual crise venezuelana.

REFERÊNCIAS

ACNUR. Agência da ONU para Refugiados. **ACNUR**, 2018. Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/refugiados/>>. Acesso em: 07 Mar 2018.

AFP. Agence France Presse. **O calote da Venezuela e as consequências de uma moratória em 4 perguntas**, 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/o-calote-da-venezuela-e-risco-de-moratoria-em-4-perguntas.ghtml>>. Acesso em: 16 Abril 2018.

AFP. Jornal Estado de Minas, Internacional. **Venezuela: mortalidade infantil aumentou 30% e materna, 65% em 2016, 2017**. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2017/05/10/interna_internacional,868054/venezuela-mortalidade-infantil-aumentou-30-e-materna-65-em-2016.shtml>. Acesso em: 16 Abril 2018.

AFP. Exame Economia. **Com hiperinflação, pobreza na Venezuela escala a 87%, diz estudo**, 2018. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/economia/com-hiperinflacao-pobreza-na-venezuela-escala-a-87-diz-estudo/>>. Acesso em: 21 Abril 2018.

AGUIAR, G. M. **Integração regional pela via energética: o caso da interligação elétrica Venezuela-Brasil**. Tese (Doutorado). Brasília: UnB, 2011.

AGUIAR, G. M. P. D. Painel: As múltiplas dimensões das relações Brasil-Venezuela. **A COOPERAÇÃO BRASIL-VENEZUELA NO CAMPO ENERGÉTICO**. Belo Horizonte: UFRR, 2013.

BAENINGER, R. **Imigração boliviana no Brasil**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp, 2012.

BANDEIRA, L. A. M. **As políticas neoliberais e a crise na América do Sul**. Brasília: UnB: Revista Brasileira de Política Internacional, v. 45, 2002.

BARALDI, C. B. F. **Migrações Internacionais, Direitos Humanos e Cidadania Sul-Americana: o prisma do Brasil e da Integração Sul-americana**. [S.l.]: Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo. 2014.

BARBOSA, R. O Estado de S.Paulo. **Balanço da política externa do governo Dilma**, 2016. Disponível em: <<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,balanco-da-politica-externa-do-governo-dilma,10000075643>>. Acesso em: 26 Março 2018.

BARROS, D. Revista Exame. **A receita para o abismo criada por Chávez e Maduro**, 2014. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/revista-exame/rumo-ao-abismo/>>. Acesso em: 14 Abril 2018.

BATISTA, F. L. **Política e Ações nos espaços fronteiriços Brasil e Venezuela**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

BBC. BBC Brasil. **Protestos e mortes: o que está por trás do agravamento da crise na Venezuela?**, 2017. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-39662127>>. Acesso em: 17 Abril 2018.

BERRIDGE, G.; JAMES, A. **A Dictionary of Diplomacy**. Second. ed. New York: Palgrave Macmillan, 2003.

BORGES, F. **As relações do Brasil com os países Amazônicos nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula (1995-2010): possibilidades e problemas do regionalismo aberto**. Araraquara: UNESP, 2011.

BRAGA, E. O.; JESUS, G. F. D.; LACERDA, E. G. **Perfil do Imigrante Venezuelano Residente Em Boa Vista-RR**. Conference: X Encontro Nacional sobre Migração. Boa Vista: [s.n.]. 2017.

BRASIL. Nova Lei de Migração é sancionada com vetos. **Nova Lei de Migração**, 2017. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/05/25/nova-lei-de-migracao-e-sancionada-com-vetos>>. Acesso em: 05 Mar 2018.

BRASIL, C. C. **Discurso na cerimônia de assinatura de atos relativos à BR-174 e à linha de transmissão de energia elétrica**. Boa Vista: Presidência da República - Casa Civil, 1997.

BRASIL, M. D. **MD 51 - M -04 - Doutrina Militar de Defesa** -. 2a. ed. Brasília: MD, 2007.

BRASIL, M. D. D. **Conselho de Defesa Sul-Americano**, 2018. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/relacoes-internacionais/foruns-internacionais/cds>>. Acesso em: 23 Março 2018.

BRASIL, M. R. E. **Itamaraty**, 2017. Disponível em: <<http://dc.itamaraty.gov.br/imagens-e-textos/revista4-mat7.pdf>>. Acesso em: 29 Feb 2017.

BRASIL; VENEZUELA. **Protocolo de Intenções entre o Governo do Estado de Roraima, da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Bolívar da República Bolivariana de Venezuela**. Boa Vista: [s.n.], 2006.

CALIFANO, L. **Análise dos aspectos socioeconômicos da Venezuela durante o governo de Hugo Rafael Chávez Frías sob a ótica da economia política do sistema-mundo**. Florianópolis: UFSC, 2009.

CARDOSO, A. F. **Migrações Internacionais: os blocos regionais e a mobilidade mundial de mão-de-obra**. São Paulo Perspectivas, São Paulo, v. 16, n. 02, vol.16 no.2 São Paulo April/June 2002 2002. ISSN 1806-9452.

CARMO, C. A. D. In: PÚBLICA, V. C. C. D. G. **Cooperação Brasil-Venezuela: caminhos institucionais**. Brasília: Universidade Federal de Sergipe, 2012.

CASA CIVIL. **Histórico de reuniões e visitas. Operação Acolhida**, 2018. Disponível em: <<http://www.casacivil.gov.br/operacao-acolhida/historico>>. Acesso em: 06 Junho 2018.

CASTELLANO, R. N. **Crise e transição na América Latina**. EL PAIS, Madri, 08 Maio 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/08/internacional/1494231343_866580.html>. Acesso em: 02 Mar 2018.

CERVO, A. L. **A Venezuela e os seus vizinhos**. Brasília: Revista Cena Internacional, 2001.

CERVO, A. L. A Venezuela e seus vizinhos. In: SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES, C. H. C. O. **Venezuela: Visões brasileiras**. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. FUNAG, 2003.

CHAVES, A. **Venezuelanos viajam até 11 horas para receberem atendimento médico na fronteira de RR**, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/venezuelanos-viajam-ate-11-horas-para-receberem-atendimento-medico-na-fronteira-de-rr.ghtml>>. Acesso em: 10 junho 2018.

COMEX, D. B. **Dívida de US\$ 6 bilhões não impede Venezuela de ter saldo no comércio com o Brasil em janeiro**, 2017. Disponível em: <<https://www.comexdobrasil.com/divida-de-us-6-bilhoes-nao-impede-venezuela-de-ter-saldo-no-comercio-com-o-brasil-em-janeiro/>>. Acesso em: 14 Julho 2018.

COSTA, D. **Integrar é desenvolver a América do Sul**. Brasília: FUNAG, 2009.

COSTA, E. G1-RR. **enda de alimentos à Venezuela puxa exportações de RR e em 6 meses estado tem aumento de 213% no setor, diz Seplan**, 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/venda-de-alimentos-a-venezuela-puxa-exportacoes-de-rr-e-em-6-meses-estado-tem-aumento-de-213-no-setor-diz-seplan.ghtml>>. Acesso em: 12 Julho 2018.

COSTA, E. G1-RR. **Dependente de energia da Venezuela, Roraima já teve mais de 50 apagões em menos de 2 anos, diz Eletrobras**, 2017. Disponível em: <Dependente de energia da Venezuela, Roraima já teve mais de 50 apagões em menos de 2 anos, diz Eletrobras>. Acesso em: 12 Julho 2018.

COSTA, E.; BRANDÃO, I.; OLIVEIRA, E. V. G1- RR. **Fuga da fome: como a chegada de 40 mil venezuelanos transformou Boa Vista**, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/fuga-da-fome-como-a-chegada-de-40-mil-venezuelanos-transformou-boa-vista.ghtml>>. Acesso em: 12 Junho 2018.

CRESWELL, J. W. In: ROCHA, T. L. D. O. D. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2°. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 248.

CRISIS STATES RESEARCH CENTRE APUD QUADROS. **Crisis, Fragile and Failed States**: definitions used by the CSRC. Londres: [s.n.], 2007.

CULPI, L. A. Inspiração no Modelo da Lei Migratória Argentina. **Nova Lei de Migrações Brasileira**, 2017. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/nepri/files/2012/04/Nova-lei-de-migra%C3%A7%C3%B5es-brasileira_Inspira%C3%A7%C3%A3o-no-modelo-da-lei-argentina.pdf>. Acesso em: 08 Mar 2018.

DELGADO, F. et al. Caderno Opinião. FGV - Energia. **Precisamos falar sobre a Venezuela**: Impactos Petropoliticos e reflexos para o Brasil, 2017. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/19483/Coluna%20Opinio_Dezembro-Venezuela_FINAL.pdf>. Acesso em: 16 Abril 2018.

DN. DN - Lusa. **Crise económica e social permanece na Venezuela, cinco anos após a morte de Chavez**, 2018. Disponível em: <<https://www.dn.pt/lusa/interior/crise-economica-e-social-permanece-na-venezuela-cinco-anos-apos-a-morte-de-chavez-9158940.html>>. Acesso em: 14 Abril 2018.

ECEME. **Manual Elaboração de Projetos de Pesquisa na ECEME**. 1ª. ed. Rio de Janeiro-RJ: Departamento de Pesquisa e Pós-Graduação da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército., 2012.

EFE. DW, América Latina. **Oposição venezuelana diz que não haverá "caça às bruxas"**, 2015. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-br/oposi%C3%A7%C3%A3o-venezuelana-diz-que-n%C3%A3o-haver%C3%A1-ca%C3%A7a-%C3%A0s-bruxas/a-18900472>>. Acesso em: 04 Abril 2018.

EFE. EBC, Agência Brasil, Internacional. **Assembleia Constituinte decide assumir poderes do Parlamento da Venezuela**, 2017. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-08/assembleia-constituente-decide-assumir-poderes-do-parlamento-da>>. Acesso em: 13 Abril 2018.

EL PAÍS. **Venezuela es un estado fallido que amenaza la seguridad y prosperidad**, 2017. Disponível em: <<http://www.elpais.com.co/mundo/venezuela-es-un-estado-fallido-que-amenaza-la-seguridad-y-prosperidad-mike-pence.html>>. Acesso em: 28 Março 2018.

ESTADÃO. Estadão Internacional. **Venezuela vai hoje às urnas sob risco de chavismo não reconhecer resultado**, 2015. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,venezuela-vai-hoje-as-urnas-sob-risco-de-chavismo-nao-reconhecer-resultado,10000004001>>. Acesso em: 03 Abril 2018.

ESTADÃO. Estadão Internacional. **Disputa por comida agrava violência na Venezuela, que tem 73 mortes por dia**, 2017. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,crise-e-escassez-agravam>>

violencia-na-venezuela-que-tem-72-mortes-por-dia,70002133237>. Acesso em: 23 Abril 2018.

ESTADÃO. Estadão, Redação Internacional. **Cronologia: Os anos Maduro na Venezuela**, 2017. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/blogs/radar-global/cronologia-os-anos-maduro-na-venezuela/>>. Acesso em: 03 Abril 2018.

EVANGELISTA, R. L. S. Defesanet. **Os reflexos da imigração Venezuelana: perfil dos imigrantes, Segurança Pública e Saúde Pública**, 2017. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/ven/noticia/27999/Os-reflexos-da-imigracao-Venezuelana--perfil-dos-imigrantes--Seguranca-Publica-e-Saude-Publica/>>. Acesso em: 3 Julho 2018.

FÉLIX, A.; COSTA, E. G1-RR. **Após ataques de brasileiros, 1,2 mil venezuelanos deixaram o país, diz Exército**, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2018/08/19/pacaraima-tem-ruas-desertas-apos-confronto-entre-brasileiros-e-venezuelanos.ghtml>>. Acesso em: 20 Agosto 2018.

FERREIRA, P. Agência Brasil. **Especialistas dizem que suspensão do Mercosul deve piorar economia da Venezuela**, 2017. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-08/especialistas-dizem-que-suspensao-do-mercosul-deve-agravar-situacao-da>>. Acesso em: 13 Julho 2018.

FRANCO, M. G1: Mundo. **Venezuela: veja perguntas e respostas para entender a crise**, 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/06/venezuela-veja-perguntas-e-respostas-para-entender-crise.html>>. Acesso em: 14 Abril 2018.

FRIEDE, R. R. **Ciência Política e Teoria do Estado**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2015.

FUKUYAMA, F. **State-Building: Governance and World Order in the Twenty-First Century**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 2004.

FUND FOR PEACE FOREIGN POLICY. The Failed States Index 2005. **FOREIGN POLICY**, 2009. Disponível em: <<http://foreignpolicy.com/2009/10/22/the-failed-states-index-2005/>>. Acesso em: 02 Mar 2018.

G1. g1.globo.com/mundo. **Herdeiro de Chávez, Maduro é eleito na Venezuela; rival não reconhece**, 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/hugo-chavez/noticia/2013/04/herdeiro-politico-de-chavez-maduro-e-eleito-presidente-da-venezuela.html>>. Acesso em: 03 Abril 2018.

G1. G1- Mundo. **Entenda os protestos na Venezuela**, 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/02/entenda-os-protestos-na-venezuela.html>>. Acesso em: 03 Abril 2018.

G1. G1-RR. **Número de crianças venezuelanas em escolas municipais de Boa Vista cresce mais de 1000% em dois anos**, 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/numero-de-criancas-venezuelanas-em->

escolas-municipais-de-boavista-cresce-mais-de-1000-em-dois-anos.shtml>. Acesso em: 13 Junho 2018.

GAUCHAZH. GAUCHAZH.Mundo. **Venezuela: entenda a crise que ampliou fluxo migratório da população**, 2018. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/mundo/noticia/2018/04/venezuela-entenda-a-crise-que-ampliou-fluxo-migratorio-da-populacao-cjfyjdi5s0a9r01phx3xf4zp5.html>>. Acesso em: 13 Abril 2018.

GOMES, Á. D. T. Estados Falidos, operações Nation-Building e o caso do Afeganistão após a Guerra-Fria. **Do colapso à reconstrução**. São Paulo: USP, 2008.

GRZESZAK, A. J. K.; MOREIRA, C. D. R.; FERRAZ, V. M. F. História Livre. **O governo Sarney e os antecedentes do MERCOSUL**, 2008. Disponível em: <<http://www.historialivre.com/revistahistoriador/um/ademir.htm>>. Acesso em: 26 Março 2018.

IBGE. Anuário Estatístico do Brasil. **Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Roraima**, Boa Vista - RR, 2015. Disponível em: <<http://www.seplan.rr.gov.br/site/index.php?governoderoraima=estatisticas>>. Acesso em: 26 Fev 2018.

KLARE, M. T. The Dangers and Consequenses of America's Growing Petroleum Depedency. **Blood and Oil**. New York: Metropolitan Books, 2004.

LANDIN, R. Folha de S.Paulo. **Brasil poderá perder até US\$ 5 bilhoes com uma moratoria venezuelana**, 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/11/1935571-brasil-podera-perder-ate-us-5-bilhoes-com-uma-moratoria-venezuelana.shtml>>. Acesso em: 13 Julho 2018.

LIMA, I. B. D. <https://www.cadernoterritorial.com>. **Territorial Caderno Eletrônico**, 2012. ISSN 22380-5525. Disponível em: <<https://www.cadernoterritorial.com/news/roraima-e-a-integra%C3%A7%C3%A3o-da-amazonia-setentrional%3A-contexto,-perspectivas-e-desafios-de-um-estado-com-identidade-e-papel-regional-em-consolida%C3%A7%C3%A3o-ismar-borges-de-lima/>>. Acesso em: 28 Fevereiro 2018.

LUZ, C. Politize. **Entenda a crise migratória de venezuelanos para o Brasil**, 2017. Disponível em: <<https://guiadoestudante.abril.com.br/blog/atualidades-vestibular/entenda-a-crise-migratoria-de-venezuelanos-para-o-brasil/>>. Acesso em: 12 Junho 2018.

MAGALHÃES, A. Repórter Brasil. **Medo, fome, noites ao relento e trabalho escravo: a travessia dos venezuelanos na fronteira norte do Brasil**, 2018. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2018/05/medo-fome-noites-ao-relento-e-trabalho-escravo-a-travessia-dos-venezuelanos-na-fronteira-norte-do-brasil/>>. Acesso em: 14 Junho 2018.

MAISONNAVE, F.; KELLY, B. Folha Mundo. **Em Manaus, venezuelanos são atraídos por ofertas de moradia e alimentação**, 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/04/em-manaus-venezuelanos-sao-atraididos-por-ofertas-de-moradia-e-alimentacao.shtml>>. Acesso em: 12 Junho 2018.

MARCO, D. G. BBC - Brasil. **Qualquer coisa é melhor que a Venezuela'**: os efeitos do deslocamento em massa em Boa Vista, 2017. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-39135593>>. Acesso em: 23 Abril 2018.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003. ISBN 85-224-3397-6.

MARQUES, M. O Globo. **Roraima declara surto de sarampo no estado e antecipa campanha de vacinação**, 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/roraima-declara-surto-de-sarampo-no-estado-antecipa-campanha-de-vacinacao-22457533>>. Acesso em: 13 Junho 2018.

MAZÃO, I. D. O. **Situações de refúgio prolongado e Estados Falidos**. Belo Horizonte: [s.n.], v. II, 2011. p. 92.

MOLEIRO, A. El Pais: Internacional. **A economia venezuelana, em estado de coma**, 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/05/internacional/1515108139_270673.html>. Acesso em: 15 Abril 2018.

MORAES, R. Roraima em tempo. **Crimes cometidos por venezuelanos em Roraima aumentaram 1.520%, diz Sesp; socióloga rebate**, 2017. Disponível em: <<http://roraimaemtempo.com/crimes-cometidos-por-venezuelanos-em-roraima-aumentaram-1-520-diz-sesp-sociologa-rebate/>>. Acesso em: 14 Junho 2018.

MOREIRA, M. H. T. **Construindo um referencial teórico-metodológico para entender os impérios midiáticos brasileiros**. Universitas: Arquitetura e Comunicação Social, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 63-70, Jan-Jun 2015.

MORGENTHAU, H. J. **A política entre as nações**: a luta pelo poder e pela paz. Brasília: Ed UNB - Universidade de Brasília; FUNAG - IPRI; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

MOTA, R. A Crítica. **Crise econômica na Venezuela afeta setor de exportação do Amazonas**, 2017. Disponível em: <<https://www.acritica.com/channels/cotidiano/news/crise-economica-na-venezuela-afeta-setor-de-exportacao-do-amazonas>>. Acesso em: 12 Julho 2018.

MOTA, R. Crise econômica na Venezuela afeta setor de exportação do Amazonas. **A Crítica**, Manaus, 27 Jul 2017. Disponível em: <<https://www.acritica.com/channels/cotidiano/news/crise-economica-na-venezuela-afeta-setor-de-exportacao-do-amazonas>>. Acesso em: 23 Fev 2018.

MURAKAMI, M. E. B. A. **O processo de adensamento das relações entre o Brasil e a Venezuela a partir de 1994**. Brasília: Curso de Altos Estudos (CAE) - Instituto Rio Branco (IRBr), 2008.

NASCIMENTO, D. M. Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. **Projeto Calha Norte: Política de Defesa Nacional e Segurança Hemisférica na governança contemporânea**. Belém: UFPA, 2005.

NUNES, T. **Um panorama histórico das relações Brasil-Venezuela**. Porto Alegre-RS: Revista Conjuntura Austral - UFRGS, v. 2, 2011.

O TEMPO. O Tempo Brasil. **Um reflexo do grande número de venezuelanos desocupados é o aumento da violência**, 2018. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/capa/brasil/venezuelanos-s%C3%A3o-v%C3%ADtimas-de-xenofobia-em-roraima-1.1572431>>. Acesso em: 14 Junho 2018.

OLIVEIRA, C. A. D. S. **A falência estatal da Venezuela e seus reflexos para o Brasil**. Rio de Janeiro: ECEME, 2017.

OLIVEROS, A. PROVIDAVINCI:Entrevista Economía. **Sobre la hiperinflación en Venezuela**, 2017. Disponível em: <<https://prodavinci.com/asdrubal-oliveros-sobre-la-hiperinflacion-en-venezuela/>>. Acesso em: 2018 Abril 2018.

OSPINA, J. DW-Brasil - América Latina. **Venezuela: cronologia da instabilidade**, Valencia, 2017. Disponível em: <<http://p.dw.com/p/1J17h>>. Acesso em: 11 Abril 2018.

PATARRA, N. L. **Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais**. Estudos Avançados, v. 20, n. 57, 2006.

PATARRA, N.; TAÚ, A. C. **Migrações internacionais e integração econômica no cone Sul: notas**. Projeto “Deslocamentos Populacionais e Livre Circulação de Trabalhadores: o caso do Mercosul”. São Carlos: Sumaré. 2002.

PEREIRA, A. P. D. S. **A imigração venezuelana para o Brasil e o desafio do combate à xenofobia**, 2018. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-abr-09/imigracao-venezuelana-desafio-combate-xenofobia#author>>. Acesso em: 09 junho 2018.

PUENTE, J. M. In: ARAUJO, H. V. D. (). O. P. D. C. A. **La economía venezolana: pasado, presente y retos para el futuro**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, v. 1, 2004.

QUADROS, B. Q. E. **Os Estados fracassados como fator de instabilidade internacional: uma visão brasileira**. Revista Intellector - CENEGRI, Rio de Janeiro, v. III, n. 6, Janeiro/Junho 2007. ISSN 1807-1260.

RAATZ, L. O Estado de S.Paulo. **Queda do petróleo agrava crise venezuelana**, 2014. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,queda-do-petroleo-agrava-crise-venezuelana-imp-,1590212>>. Acesso em: 14 Abril 2018.

RABIN, C. G. **Como a crise da Venezuela afeta o Brasil**. Veja.com, 2017. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/mundo/como-a-crise-da-venezuela-afeta-o-brasil/>>. Acesso em: 23 Fev 2018.

RAMALHO, R. G1. **Roraima quer R\$ 180 milhões do governo federal como ressarcimento por gastos com venezuelanos**, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/roraima-quer-r-180-milhoes-do-governo-federal-como-ressarcimento-por-gastos-com-venezuelanos.ghtml>>. Acesso em: 02 Julho 2018.

REPÚBLICA, P. D. **Mensagem ao Congresso Nacional, 2017**. 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura. Brasília: Documentos da Presidência da República. 2017. p. 178.

REUTERS. G1 Mundo. **Assembleia da Venezuela nomeia 13 juízes antes de oposição assumir**, 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/12/assembleia-da-venezuela-nomeia-13-juizes-antes-de-oposicao-assumir.html>>. Acesso em: 04 Abril 2018.

RODRIGUEZ, R. C. N.; GONZALEZ, V. Boletim de Conjuntura NERINT. **A Política Externa Brasileira de Temer-Serra: retração política e subordinação econômica**. 4a. ed. Porto Alegre: UFRGS, v. 1, 2017.

RODY, G. C. Politize! **Entenda os motivos da crise na Venezuela**, 2017. Disponível em: <<https://guiadoestudante.abril.com.br/blog/atualidades-vestibular/entenda-os-motivos-da-crise-na-venezuela/>>. Acesso em: 13 Julho 2018.

ROSSI, C. **Crise na fronteira norte de um Brasil impotente**. Folha Uol.com, 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/clovisrossi/2017/04/1875646-crise-na-fronteira-norte-de-um-brasil-impotente.shtml>>. Acesso em: 27 Jan 2018.

ROTBURG, R. I. In: _____ **Failed States in a World of Terror**. New York: Foreign Affairs, 2002. p. 127.

SAMPAIO, K. Agência Brasil - EBC. **Venezuela é suspensa do Mercosul**, 2017. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2016-12/venezuela-e-suspensa-do-mercosul>>. Acesso em: 13 Abril 2018.

SANTOS, H. E. A. D. **Corredor de Integração Regional Amazonas - Roraima - Bolívar - Orenoco**. Brasil e Venezuela – Cooperação e Integração Econômica. Brasília: UnB, 2011.

SANTOS, H. E. A. D. **Evolução e perspectivas da relação Venezuelana-Brasileira**. Boa Vista: UFRR, 2012.

SILVA, J. C. J. **O transbordamento no Brasil da tensão na Venezuela**. Mundorama - Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais, 25 Fevereiro 2017. Disponível em: <<https://www.mundorama.net/?p=23850>>. Acesso em: 26 Fev 2018.

SIMÕES, G. D. F. Mundorama - Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais. **Venezuelanos em Roraima: migração no extremo norte do país**, 2017. Disponível em: <<https://www.mundorama.net/?p=23834>>. Acesso em: 12 Junho 2018.

TERRA. **A crise na Venezuela**. TERRA NETWORKS BRASIL S.A, 2017. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/mundo/crise-venezuela/>>. Acesso em: 02 Março 2018.

VASCONCELOS, H. O Povo: Mundo. **Entenda a crise na Venezuela que provocou forte onda migratória ao Brasil**, 2018. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/mundo/2018/03/entenda-a-crise-na-venezuela-que-provocou-onda-migratoria-ao-brasil.html>>. Acesso em: 14 Abril 2018.

VAZ, A. C. **A crise venezuelana como fator de instabilidade regional: perspectivas sobre seu transbordamento nos espaços fronteiriços**. Análise Estratégica - Centro de Estudos Estratégicos do Exército, Brasília, n. 3, 2016. ISSN 2525-457X.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2009.

VIGEVANI, T.; OLIVEIRA, M. F. D.; CINTRA, R. **Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração**. 2a. ed. São Paulo: Tempo Social, v. 15, 2003.

VILLA, M.; MARTÍNEZ, J. **El mapa migratorio internacional de América Latina y el Caribe: patrones, perfiles, repercusiones e incertidumbres**. Revista Migrações, 2001. Disponível em: <http://ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/346_Migr5.pdf>. Acesso em: 05 Mar 2018.

VIZENTINI, P. F. **A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985)**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

WEBER, M. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: UnB, v. 2, 1999.

ZERO, M. **Para entender a Venezuela hoje é preciso saber como era antes da “Revolução Bolivariana”**, 2017. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/pt/247/mundo/310787/Para-entender-a-Venezuela-hoje-%C3%A9-preciso-saber-como-era-antes-da-%E2%80%9Crevolu%C3%A7%C3%A3o-bolivariana%E2%80%9D.htm>>. Acesso em: 13 Junho 2018.